MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CONSELHO SUPERIOR
Avenida Professor Luiz Freire, 500, Cidade Universitária – CEP: 50740-540 – Recife-PE
(81) 2125-1607/1608 – conselho.superior@reitoria.ifpe.edu.br – www.ifpe.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

Promove, *ad referendum*, alterações na Resolução nº 38/2014.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e considerando

I - o Processo nº 23294.020122.2018-13;
II - o Memorando nº 03/2018/CPEX/DEaD/IFPE;
III - a Resolução Consup/IFPE nº 38/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), na modalidade de Educação a Distância, aprovado por meio da Resolução Consup/IFPE nº 38/2014, na forma do seu Anexo.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no sítio do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO

ANEXO – RESOLUÇÃO Nº 16/2019-AR

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – Diretoria de Educação a Distância

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

RECIFE, FEVEREIRO DE 2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – Diretoria de Educação a Distância

Reitora
Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Pró-Reitora de Ensino
Assis Leão da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa
Mário Antonio Alves Monteiro

Pró-Reitora de Extensão
Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão

Direção de Educação a Distância
Fabíola Nascimento dos Santos Paes

Coordenação Geral da UAB
Andréa Christianne Gomes Barretto

Coordenação de Pesquisa e Extensão
Fabrício Cabral

Assessoria Pedagógica
Jimy Davison Emídio Cavalcanti

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – Diretoria de Educação a Distância

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Elaboração:

Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva – UFAL (coordenação)
Prof. Dr. Dario de Oliveira Lima Filho – UFMS
Prof. Dr. Silvar Ribeiro – UnB
Prof. Dr. Anderson Castanha – UFJF
Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio – UFJF

Adaptação:

Maria de Fátima Neves Cabral - IFPE
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos - IFPE
Stefania Patricia Silva de Souza – Coordenação do Curso
Fábia Gonçalves de Melo Torres – Coordenação de Tutoria

RECIFE, FEVEREIRO DE 2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – Diretoria de Educação a Distância

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Mantenedora	Ministério da Educação
Nome de Fantasia	MEC
Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
CNPJ	10.767.239/0001-45
Razão Social	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Nome de Fantasia	IFPE
Campus	Reitoria – Diretoria de Educação a Distância
Esfera Administrativa	Federal
Categoria	Pública Federal
Endereço (Rua, Nº)	Av. Professor Luiz Freire, 500, Cidade Universitária
Cidade/UF/CEP	Recife/PE – CEP: 50740-540
Telefone/Fax	(81) 3038-2299 ramal 2065
E-mail de contato	direcaogeral@ead.ifpe.edu.br
Sítio do campus	www.dead.ifpe.edu.br/dead

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – Diretoria de Educação a Distância

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1	**Denominação**	Curso de Especialização em Gestão Pública
2	**Nível**	Superior - Pós-Graduação *Lato Sensu*
3	**Modalidade**	Educação a Distância
4	**Forma**	Não se aplica
5	**Habilitação ou ênfase**	Não há
6	**Titulação**	Especialista em Gestão Pública
7	**Carga Horária total (CH)**	600h
8	**Total Horas-Aula**	600h
9	**Período de Integralização**	1 ano e quatro meses ou 16 meses
10	**Forma de Acesso**	Processo Seletivo – Edital de Seleção de Discentes
11	**Número de vagas por polo**	50
12	**Turno/polo**	Não se aplica
13	**Regime de Matrícula**	Única na matrícula
14	**Periodicidade Letiva**	Semestral
15	**Dimensão das turmas teóricas e práticas**	50
16	**Início do curso**	2013.2

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – Diretoria de Educação a Distância

POLOS DE APOIO PRESENCIAL

POLO IPOJUCA
Prédio do Centro de Ensino Experimental
Rua do Colégio Aderbal Jurema S/N, Centro – Ipojuca / PE
CEP: 55590-000
Fone: (81) 3551.0165
Coordenador: José Messias Vasconcelos de Albuquerque Oliveira
uabipojuca.pe@gmail.com / polo.ipojuca@ead.ifpe.edu.br
Tutora Presencial: Eliane Oliveira
Atendimento: quinta e sexta das 14 às 22h e sábado das 08 às 12h
email: eliane.oliveira1982@bol.com.br

POLO PESQUEIRA
Av. Ésio Araújo, 17 - Centro.
Pesqueira -PE
CEP:55200-000.
Fone: (87) 3835.8771
Coordenadora: Lucí Ferreira Leite
polo.pesqueira@ead.ifpe.edu.b
uabpolopesqueira@yahoo.com
Tutora Presencial: Alessandra dos Santos
Horário de atendimento: de terça a sábado das 17 às 21h
email: alessandrados1973@bol.com.br

POLO SURUBIM
Rua Frei Ibiapina nº 300
Bairro de São José
Surubim – Pe CEP: 55.190-000
Telefone: (81) 3634-1915
Coodenadora: Hercília Cristina Leal Campos
Tel. (81) 9103-3054 e 9675-1070
polo.surubim@ead.ifpe.edu.br
Tutora presencial : Darlene Oliveira
Atendimento: Segunda: 14 às 22hs; quarta: 14 às 22h e sábado: 8 às 17h

email: darlene_oliveira19@hotmail.com

POLO SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Av. 29 de Dezembro. nº: 258, Centro
Santa Cruz do Capibaribe-PE
CEP: 55190000
Fone: (81) 3759-8221
Coordenadora: Jaqueline Alves de Lira
polo.uab.scc@gmail.com
Tutora Presencial: Avanísia Maria de Souza
Horário de atendimento: de terça a sábado das 17 às 21h
email: avanisia@yahoo.com.br

Trata-se de:	( ) Apresentação Inicial PPC (X) Reestruturação do PPC
STATUS DO CURSO	
( ) Aguardando autorização do Conselho Superior	
(X) Autorizado pelo Conselho Superior (Portaria nº 833/2009-GR de 30/09/2009)	
( ) Aguardando reconhecimento do MEC a partir de 17/12/2010.	
( ) Reconhecido pelo MEC (Citar ato legal de reconhecimento)	
( ) Aguardando renovação de reconhecimento a partir de ...(3 anos após o reconhecimento)	

SUMÁRIO

1 HISTÓRICO 10
1.1 Do Instituto Federal de Educação de Pernambuco – IFPE 10
1.2 Da Educação a Distância no Âmbito dos Cursos do IFPE 20
1.3 Histórico da Universidade Aberta do Brasil (UAB) 23
1.4 Objetivos da UAB 26
1.5 Experiência da UAB no Curso de Administração 26
2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS 27
2.1 Objetivos dos Cursos de Especialização do Programa 30
3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO 30
3.1 Público-Alvo 30
3.2 Forma de Acesso 30
4 PERFIL DO EGRESSO 32
5 CONCEPÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 35
5.1 Aspectos Fundamentais 35
5.2 Abordagens Teórico-Práticas 37
5.2.1 Princípios Epistemológicos 38
5.2.2 Princípios Metodológicos 39
5.2.3 Princípios Dinamizadores 40
5.3 Rede de Instituições Públicas 40
6 COORDENAÇÃO 41
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 41
7.1 Estrutura Curricular 41
7.2 A Organização do Sistema de EaD 47
7.3 A Organização do Curso 53
7.3.1 Rede Comunicacional 54
7.3.2 Produção de Material Didático 54
7.3.3 Processos de Orientação de Avaliação 54
7.3.4 Acolhimento dos Estudantes 55
7.3.4.1 Guia para os Estudantes 55
7.3.4.2 Contrato Pedagógico 56
7.4 Sistema de Tutoria 56
7.5 Formação Permanente dos Professores-Formadores, Tutores a Distância e Presenciais, Equipe Multidisciplinar e Técnicos Administrativos 57
7.5.1 Formação de Professores, Tutores e Equipe Multidisciplinar 58
7.6 Matriz Curricular 59
7.6.1 Fluxograma do Curso 60
7.7 Estratégias Pedagógicas 60
7.8 Colegiado do Curso 62
8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO 63
8.1. Concepção de Avaliação 63
8.2 Processo de Avaliação da Aprendizagem 65
8.3 Avaliação da Aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem 70
8.3.1 Monitoramento do Percurso dos Estudantes 72
8.4 Critérios de Correção das Atividades Avaliativas 72

9 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 72
9.1 Acervo Bibliográfico 72
9.2 Instalações e Equipamentos 79
9.2.1 Da Sede 79
9.2 Dos Polos 80
9.3 Ambientes Virtuais para Educação a Distância 91
9.4 Laboratórios Didáticos 81
9.5 Acessibilidade 82
10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO 82
10.1 Equipe de EaD Sistêmica 82
10.1.1 Perfil Profissional da Equipe de EaD Sistêmica 83
10.1.1.1 Grupo Principal 83
10.1.1.2 Grupo de Professores Formadores 83
10.1.1.3 Grupo de Tutores a Distância 84
10.1.1.4 Grupo de Professores Pesquisadores /Tutores - Orientadores 84
10.2 Pessoal Técnico 85
10.2.1 Grupo Administrativo 85
10.2.1.1 Coordenador(a) de Curso 85
10.2.1.2 Administração da Plataforma de EaD 86
10.2.1.3 Coordenador(a) de Tutoria a Distância 86
10.3 Perfil Profissional da Equipe Operacional no Polo de Apoio Presencial 86
10.3.1 Coordenador(a) de Polo 86
10.3.2 Secretário (a) Escola 87
10.3.3 Tutor(a) Presencial 87
10.3.4 Técnico de Informática 88
11 CERTIFICADOS A SEREM EMITIDOS 88
REFERÊNCIAS 88
Anexo I – EMENTÁRIO 90
Anexo II - PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO 128
Anexo III - PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA COORDENADORA DO CURSO 129

1 HISTÓRICO

1.1 Do Instituto Federal de Educação de Pernambuco - IFPE

A Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, criou, no âmbito do Ministério da Educação, um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Este modelo, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir do potencial instalado nos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, gera e fortalece as condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico do Brasil.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando, na forma da lei, de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, tendo como marco referencial de sua história institucional um contínuo processo de evolução, que acompanha o processo de desenvolvimento de Pernambuco, da Região Nordeste e do Brasil.

A evolução do IFPE, aliada ao novo contexto regional, apontam para um posicionamento estratégico, sua transformação em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Esta nova forma de organização institucional de Instituto representa a visão de futuro do IFPE e se constitui no elemento mobilizador da comunidade para o comprometimento com a continuidade de seu crescimento institucional necessário para acompanhar o perfil atual e futuro do desenvolvimento de Pernambuco e da Região Nordeste.

Em Pernambuco, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPE) foi constituído por nove campi, a partir da adesão das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão e a construção dos campi de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, que se uniram com as unidades do antigo CEFET-PE de Recife, Ipojuca e Pesqueira (MELO *apud* PDI, 2009), além de uma unidade de Educação a Distância, Diretoria Sistêmica vinculada diretamente à Reitoria. Atualmente, abrange uma área total de 3.120.000 m^2, dos quais 103.668,00 m^2 são de área construída, utilizada para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, produção, desporto, lazer e cultura.

O Instituto tem a missão de promover a justiça social, a equidade, o desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, assim como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias, respondendo, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

O IFPE representa um dispositivo da sociedade, cuja função é contribuir com o desenvolvimento educacional e socioeconômico do conjunto de regiões dispostas no território pernambucano, a partir do conhecimento de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações (PDI, 2009, p. 16). Dispõe de um corpo docente, técnico, administrativo e pedagógico qualificado e infraestrutura física que lhe possibilitam oferecer um ensino diferenciado e refinado para a sociedade pernambucana. Enfim, configura-se como uma importantíssima ferramenta do governo federal para promover a ascensão social daqueles que, através do conhecimento, buscam uma melhor qualidade de vida.

As ações desenvolvidas pelo IFPE em seus cursos zelam pela indissociabilidade entre os eixos do **ensino**, da **pesquisa** e da **extensão**, como se pode verificar no breve histórico a seguir:

No ensino, a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento das atividades pedagógicas da Educação a Distância, através da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle para interação com os estudantes, tutores e professores através de várias ferramentas baseadas nas Tecnologias Educacionais, tais como: Fóruns, Chats, Wikis, Envio e correção de Arquivos Online, Questionários Online, Hot Potatoes, entre outros. Além disso, a existência do estúdio para realização e gravação de videoaulas e para a webconferências com os estudantes em vários polos de apoio presencial. Ainda no âmbito do ensino, a Diretoria de Educação a Distância – DEaD tem contado com uma equipe multidisciplinar responsável pela elaboração de materiais impressos e audiovisuais para os estudantes de todos os cursos oferecidos. É possível ainda citar a existência de um programa de capacitação inicial e continuada na área de educação a

distância, ministrado a todos os tutores, professores, coordenadores e demais envolvidos com a realização da EaD no IFPE.

No ano de 2012, o IFPE recebeu o caminhão-escola da rede de ofertas de cursos técnicos a distância do governo federal, a Rede e-Tec Brasil. Este é planejado de modo itinerante para que, ao passar nos polos de apoio presencial dos municípios que recebem a EaD do IFPE, os estudantes possam realizar práticas e estudos em laboratórios especializados dentro deste caminhão.

Além disso, a equipe envolvida com o ensino tem dado contínua manutenção, avaliação e atualização dos 03 (três) cursos superiores, do curso de especialização lato sensu e dos 04 (quatro) cursos técnicos oferecidos pelo IFPE na modalidade de educação a distância.

Na pesquisa, o desenvolvimento da Pesquisa no IFPE é conduzido dentro de parâmetros compatíveis com a proposta pedagógica do Instituto e dentro de uma Visão Verticalizada que integre os níveis de formação profissional médio, superior e de pós-graduação, considerando:

1. A emergência de tecnologias, entendidas no seu sentido lato, que promovam o desenvolvimento humano e valorizem os saberes locais e planetários e que provoquem impacto no mundo social e produtivo;
2. O favorecimento de uma relação sustentável da sociedade humana com o meio ambiente;
3. A priorização da integralidade do conhecimento, preservando-se, por um lado, a identidade das diversas áreas do conhecimento, e, por outro, o diálogo construtivo entre essas áreas;
4. A visão sistêmica e complexa da dimensão laboral do ser humano e a proeminência do trabalho sobre os sistemas econômicos, contemplando o fazer, o pensar e o criar;
5. A abordagem educativa dos conhecimentos construídos, numa perspectiva solidária e articulada entre teoria, prática e objetividade;
6. A democratização da pesquisa na comunidade do IFPE através da geração de oportunidade justa e criteriosa e da realização e socialização de trabalhos de pesquisa;
7. Garantir a Indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Com o intuito de despertar no educando o interesse pela produção do conhecimento, a instituição incentiva o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa científica realizados por estudantes e professores, cabendo à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação coordenar estas ações, divulgando, periodicamente, os editais de pesquisa das agências de fomento, como ação de apoio à apresentação de projetos buscando financiamento, assim como cadastrar projetos de pesquisa articulados com as linhas dos grupos e com as orientações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

No passado, as atividades de pesquisa na instituição eram realizadas por alguns núcleos e pesquisadores isolados, porém sem a caracterização oficial como Grupos de Pesquisa. Com a Gerência de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação (GEPP), instituída em 31 de março de 2004, através da Portaria nº 152/2004, com base na resolução nº 07/2004 do Conselho Diretor, a GEPP ficou diretamente ligada à Direção Geral e iniciou as ações para a estruturação do Programa Institucional de Incentivo à Iniciação Científica, nas modalidades de ensino médio e técnico (PIBIC-Júnior) e graduação (PIBIC); o Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (APQ); as ações para implantação dos cursos de pós-graduação (Lato sensu e Stricto sensu); bem como a viabilização frente a outras instituições de pesquisa da oferta direcionada de cursos de pós-graduação Stricto sensu para os professores.

O então CEFET-PE foi cadastrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como instituição certificadora de grupos de pesquisa (julho/2004), o que culminou com o cadastro de 04 grupos certificados pelo dirigente de pesquisa da GEPP. Além destes grupos, é conhecido que vários professores participam de atividades de pesquisa e pós-graduação em outras Universidades e Centros de Pesquisa. Com o incentivo dos auxílios à pesquisa e das bolsas de Iniciação Científica, houve um maior engajamento nestas atividades, bem como o surgimento de Pesquisa Científica e Tecnológica em parceria com tais instituições.

Atualmente, estão cadastrados 72 Grupos de Pesquisa no CNPq e certificados pela Instituição, nas seguintes grandes áreas: Ciências Agrárias (15), Ciências Biológicas (04), Ciências da Saúde (03), Ciências Exatas e da

Terra (08), Ciências Humanas (17), Ciências Sociais Aplicadas (03), Engenharias (18) e Linguística, Letras e Artes (04).

O percentual orçamentário destinado à pesquisa atende o Programa PIBIC, nas modalidades cursos superiores e cursos técnicos, permite o auxílio ao pesquisador com bolsas de produtividade em pesquisa. Para atendimento das demandas de pesquisadores, voltadas para participação em eventos científicos, há uma fração do orçamento para viabilizar inscrições, passagens e diárias, para apresentação de trabalhos resultantes de pesquisas desenvolvidas na instituição e cadastradas na Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQ).

Com a oficialização da pesquisa, a Instituição passou a ter visibilidade na Comunidade Científica. Numa primeira ação, a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) ofertou 08 bolsas de Iniciação Científica (I.C.) júnior, para estudantes do ensino médio. Em situações anteriores, devido às ações isoladas, esta modalidade de auxílio já havia sido obtida por professores do CEFET-PE. Isto demonstra como o IFPE veio, ao longo do seu percurso histórico, transformando-se em um polo importante de Ciência e Tecnologia e como as ações desenvolvidas pela PROPESQ e os Departamentos de Pesquisa dos diversos campi vêm formalizando e institucionalizando, de modo bastante favorável as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Como fruto inicial destas ações, no mês de novembro de 2004, mais um contato, ocorrido com a FACEPE, levou à participação de 9 (nove) projetos de professores do instituto, com a seleção de novas bolsas PIBIC Júnior, concorrendo com a UFPE, UFRPE e UPE. O mais profícuo desta participação decorreu da abertura desta concorrência para os estudantes dos cursos técnicos, indicando a integração do Ensino de Nível Médio com a Pesquisa, que passa a ser vista como um elemento importante para a qualificação destes estudantes.

Atualmente, a DEaD conta com 06 (seis) estudantes PIBIC e 03 (três) bolsistas de Produtividade de Pesquisa que atuam em projetos de pesquisa voltados especificamente para EaD. Além disso, para incentivar a pesquisa na DEaD, a direção tem investido na implantação de 03 (três) laboratórios de pesquisa especializados para os cursos técnicos e superiores e na criação de

uma revista eletrônica especializada em temas de educação a distância e suas tecnologias.

Na extensão, o IFPE pauta sua ação no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), aprovado em 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, e que se configura como o principal documento sobre a Extensão Universitária Brasileira. Estas diretrizes sinalizam a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a transformação da sociedade e apontando, também, para a criação de políticas institucionais de extensão que respeitem as particularidades locais e características regionais, mostrando a necessidade de preservar a relação inequívoca e responsável com a sociedade em geral e com a comunidade do entorno, em particular, direcionando-as para um maior compromisso com a construção da cidadania.

Condizente com essa concepção, o IFPE vem buscando desenvolver ações que reafirmam seu comprometimento com a transformação da sociedade brasileira em direção à construção da cidadania, por meio da justiça, solidariedade e democracia. Visando à formação do profissional cidadão e sua efetiva interação com a sociedade, a extensão é entendida como prática acadêmica que interliga os institutos federais, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população. Isto possibilita essa formação e credencia o IFPE, cada vez mais, junto à comunidade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento e formação para o desenvolvimento da sociedade, para a superação das desigualdades sociais existentes, cumprindo assim a sua função social.

As atividades de Extensão no IFPE seguem o que é preconizado para os institutos federais em documento validado por representantes do Fórum de Diretores de Extensão dos CEFETs – FORDIREX, atualmente denominado FORPROEX e das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, iniciadas em fevereiro de 2008 junto à equipe do SIGA-EPT e visam a:

a) Propiciar a participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;

b) Buscar interação sistematizada dos institutos federais com a

comunidade em geral e com os setores produtivos em particular;

c) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, buscando nela conhecimentos e experiências para a constante avaliação e revitalização da Pesquisa e do Ensino;

d) Integrar o Ensino e a Pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da vida social em seu sentido amplo, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico as demandas, conhecimentos e experiências que são inerentes à comunidade;

e) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;

f) Participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural.

Esta política de extensão no IFPE é implementada pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) com concepção, diretrizes e princípios, sendo definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e normatizada através de instrumentos legais, como estatuto, regimento, instruções normativas e regulamentos. Na prática extensionista, a disseminação de conhecimento se dá por meio das dimensões da "Extensão", nas quais as ações são organizadas, considerando que estas podem ser implementadas através de programas, projetos (vinculados ou não a programas), cursos, eventos ou prestação de serviço definidos a seguir:

B1 Projetos Tecnológicos: Atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenha um caráter direto de aplicação na sociedade;

B2 Serviços Tecnológicos: Consultorias, assessorias, prestações de serviços, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo. Estas atividades devem ter caráter não rotineiro e não devem concorrer com o mercado;

B3 Eventos: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e interna.

Assim especificados: campanhas de difusão cultural, campeonatos, ciclos de estudos, circuitos, colóquios, concertos, conclaves, conferências, congressos, conselhos, debates, encontros, espetáculos, exibições públicas, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas, lançamentos de publicações e produtos, mesas redonda, mostras, olimpíadas, palestras, recitais, semanas de estudos, seminários, simpósios, torneios, entre outras manifestações;

B4 Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

B5 Estágios e Empregos: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento, documentação, orientação, supervisão e avaliação);

B6 Cursos de Extensão: Ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com carga horária mínima e com critérios de avaliação definidos, de oferta não regular. Podendo ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância;

B7 Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos: Compreende ações referentes à elaboração de atividades culturais, artísticas e esportivas;

B8 Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de verificar "in loco" o ambiente de trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições, bem como a prospecção de oportunidades de estágio e emprego;

B9 Empreendedorismo: Compreende a inserção de conteúdos de empreendedorismo nos currículos e promoção de eventos de formação empreendedora (workshops, seminários, desafios), a criação de habitats de inovação (pré-incubadoras, incubadoras, apoio à implantação de parques tecnológicos) e a institucionalização das empresas juniores;

B10 Conselhos e Fóruns: Participação dos institutos federais em espaços organizados para participação e interface com a sociedade;

B11 Egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam ao apoio ao egresso, identificação de cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentação das informações obtidas para a adequação do processo de Ensino, Pesquisa e Extensão;

B12 Relações Internacionais: Tem por finalidade o intercâmbio e a cooperação internacionais, como um instrumento para a melhoria do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Gestão.

No âmbito da Extensão, o desafio da educação inclusiva já é parte das preocupações do instituto. As ações do IFPE para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais consideram não apenas os estudantes com deficiência, mas também os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, bem como grandes habilidades ou superdotação. Estas ações são apoiadas por um programa institucional do Ministério da Educação chamado de Programa TEC NEP (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O Programa TEC NEP tem como propósito iniciar o processo de transformação da realidade atual e justifica-se no sentido de efetivar os direitos humanos das pessoas com necessidades especiais, no que diz respeito à educação profissional e ao trabalho, além de, no médio e longo prazo, resultar em menor dispêndio com programas assistenciais, motivados em razão da histórica exclusão social desse segmento da população.

O IFPE também tem consciência do seu papel na consolidação de uma educação para todos, bem como de avançar na estruturação de uma rede federal de ensino preparada para receber estudantes com necessidades educacionais especiais e para atender aos princípios definidos na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 13/12/2006, propostos pela ONU – Organização das Nações Unidas. O Brasil foi signatário da referida convenção e ratificou suas propostas através do Decreto Legislativo Federal de Nº 186, publicado no Diário Oficial da União, em 10/07/2008, tendo envidado esforços na direção de uma educação inclusiva.

A implantação de NAPNEs – Núcleos de Atendimentos às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais é o marco inicial dessa ação, pois tem como missão primar pelo cumprimento do que diz o Item 1º, do Artigo 4º, da convenção supracitada que visa a proporcionar:

- O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, ou necessidades especiais, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no IFPE exige, por sua vez, em conformidade com a convenção, assegurar que:

B1 As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral, sob alegação de deficiência;

B2 As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

B3 As adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;

B4 As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema de ensino, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

B5 Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Tais medidas, enfim, assegurarão aos estudantes com necessidades especiais a possibilidade de desenvolver as competências práticas e sociais

necessárias, de modo a facilitar sua plena e igual participação no sistema de ensino, em todos os seus níveis, e na vida em comunidade. Enfim, o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, no âmbito deste instituto, buscará difundir os pressupostos da inclusão como elemento que permita a redução máxima da exclusão destas pessoas, já historicamente observado.

Para cumprir a sua função social, o Instituto, além de atuar na formação de jovens, busca refletir sobre o seu papel como instituição pública, contribuindo diretamente para o processo de transformação e inclusão social e para o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade.

No que tange à questão ambiental, o Instituto entende que as pessoas devem ser educadas para potencializar a sensibilidade para as questões no nível planetário, para poderem participar de forma efetiva no processo de sustentabilidade. Dessa forma, programas de educação ambiental devem ser desenvolvidos em todos os *Campi* para gerar uma consciência efetiva do planeta como um organismo.

A presente situação confere ao Instituto a responsabilidade de colaborar para a reversão do atual quadro de misérias sociais e problemas de natureza produtiva e econômica, através da oferta da Educação Profissional e Tecnológica, em diversos níveis, e também através de ações como produtor de conhecimentos e como gerador de soluções para as demandas da sociedade em diversas áreas.

Assim, o instituto deve buscar a realização de Projetos de Pesquisa visando à construção e difusão de Novas Tecnologias e alternativas em produtos e serviços. Tudo isso deve funcionar, adicionalmente, como estratégia para favorecer a geração de trabalho, a melhoria das condições de empregabilidade e o aumento da renda dos trabalhadores rurais e urbanos e de suas famílias, sobretudo, através da realização de atividades de extensão e ações comunitárias, no sentido de colaborar para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social. Estas ações tem o efeito de levar para a sociedade os frutos da atividade de Ensino e Pesquisa, usando a capacidade do Instituto em resolver problemas e demandas da sociedade.

Além de todas as ações de extensão já citadas, podem ser citados avanços no âmbito da educação inclusiva, com a adesão a alguns programas,

como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – o PROEJA, no âmbito do ensino presencial.

A oferta de cursos técnicos da modalidade PROEJA vem contribuir para a integração sócio-laboral de um contingente de cidadãos cerceados do direito de acesso a uma formação profissional de qualidade, proporcionando aos jovens e adultos trabalhadores a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, da manutenção de seus empregos e do desenvolvimento de seu potencial produtivo e resgate de sua autoestima.

Com objetivo de contribuir para implementar, fortalecer e apoiar os Programas e Projetos de Extensão, foi lançado em 2009 o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, com a instituição de bolsas modalidade A para os cursos de graduação e modalidade B para os cursos técnicos.

Em 2011-2012 a DEaD foi contemplada com recursos do PIBEX, tendo aprovados 03 (três) projetos nos cursos superiores de Licenciatura em Matemática e Geografia e Tecnólogo em Gestão Ambiental.

O PIBEX vem consolidar as ações já citadas, que além de influírem na formação dos estudantes dos diversos níveis de ensino do IFPE, promovem melhorias na qualidade de vida da população beneficiada pelos programas e projetos. Desta forma, o IFPE se credencia cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação dos nossos problemas sociais, de maneira que se possa cumprir a sua função social.

1.2 Da Educação a Distância no Âmbito dos Cursos do IFPE

O IFPE, tendo como referência a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) que enuncia em seu Artigo 80 a inclusão da EaD, regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, se propõe a oferecer cursos a distância, visando, inicialmente, a atender a uma demanda reprimida e crescente que não tem acesso a cursos presenciais pelos motivos clássicos: estudantes que não puderam ter acesso ao ensino, não haver Instituições de Educação em quantidade suficiente para atendimento da

demanda, estudantes que têm de conciliar trabalho e estudo, questões relativas à dificuldades de deslocamento (acessibilidade), tempo, dentre outras razões que justificam a implementação de cursos na modalidade a distância.

A educação presencial nas suas diferentes modalidades e níveis constitui a fórmula pedagógica universal no campo da educação e formação em geral. Entretanto, essa realidade é impelida a mudar substancialmente com a apropriação das tecnologias da informação e comunicação, notadamente no mundo da formação superior, profissional e tecnológica, vez que favorece maior rapidez de acesso ao conhecimento, acessibilidade, multiplicidade e ampliação de oferta, diferencial competitivo, personalização e/ou massificação da formação, economia (de tempo, deslocamento e infraestrutura física) entre outros fatores que tornaram a Educação a Distância - EaD um sistema eficiente de provimento de formação, aprendizagem e colaboração.

Desta feita, o IFPE está apto a expandir o acesso à formação e interiorizar, pela via da modalidade de Educação a Distância, levando formação necessária àqueles indivíduos e profissionais que estão distantes dos grandes centros de ensino e/ou que enfrentam limitações no ensino presencial. Tal modalidade deve assegurar a concepção, produção, difusão, gestão e avaliação dos projetos e programas de EaD sob a responsabilidade de uma equipe multidisciplinar representativa das diferentes Áreas do Conhecimento provenientes dos diversos Setores/Departamentos e Cursos da Instituição que constitui a Diretoria de Educação a Distância.

O IFPE, ao reconhecer a importância estratégica do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como apoio e enriquecimento do ensino presencial e da modalidade da Educação a Distância, amparada pela legislação, para expansão do ensino, ampliação do acesso e democratização do ensino, vem envidando esforços para assumir o desafio e consolidar-se como centro de excelência em EaD levando educação onde ela for necessária, inclusive nas comunidades privadas do direito de ir e vir.

A Educação a Distância, segundo o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional é caracterizada como "modalidade educacional na qual a mediação didático- pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização

de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos".

Em acordo com essa definição, o IFPE, então CEFET – *Campus* Recife, através do Núcleo de Pesquisa em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância, passou a realizar pesquisas e experimentações em EAD. A partir daí, diversas ações foram realizadas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Educação a Distância (EaD) no IFPE surgiu a partir de uma demanda do Governo Federal pela democratização, expansão e interiorização da educação como ação prioritária prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação.

Em 2006, o então CEFET-PE propôs e submeteu ao MEC a oferta de dois cursos superiores na modalidade de Educação a Distância, sendo 01 de licenciatura e outro de tecnologia. Em 17 de outubro de 2007, tiveram início as atividades pedagógicas em EaD com os Cursos de Licenciatura em Matemática nos polos de Ipojuca e Pesqueira em Pernambuco; Santana do Ipanema em Alagoas; e o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental nos polos de Ipojuca e Pesqueira em Pernambuco; Itabaiana na Paraíba e Dias d'Ávila na Bahia. Nesta época, foi criada a Coordenadoria de Tecnologia Educacional e Educação a Distância – CEaD.

Ainda em 2007, o MEC publica o Edital nº 01, articulado com a Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica convocando as Instituições Públicas de Ensino a ofertarem cursos técnicos de nível médio na modalidade de educação a distância. Atendendo a esta nova convocação, a então CEaD, apresenta três propostas de cursos e a antiga Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - EAFBJ, uma. Após algumas solicitações de adequação, os cinco projetos pedagógicos de cursos técnicos foram aprovados, os quais foram: Manutenção e Suporte em Informática, Manutenção Automotiva e Sistemas de Energia Renovável pela CEaD e Informática para Internet pela EAFBJ.

Com a criação dos Institutos Federais em dezembro de 2008, a CEaD foi extinta e dentro do organograma do IFPE foi criada, em março de 2009, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) vinculada à estrutura organizacional

da Pró-reitoria de Ensino. Ainda neste ano, a Comissão de Vestibular lança o edital para os cursos superiores e técnicos a distância, reofertando os cursos superiores de Licenciatura em Matemática e de Tecnologia em Gestão Ambiental e ofertando, pela primeira vez, os cursos técnicos de Manutenção e Suporte em Informática para os polos de Belém de Maria, Surubim, Garanhuns e Paudalho; Manutenção Automotiva para os polos de Surubim, Garanhuns, Serra Talhada; e Sistemas de Energia Renovável para os polos de Recife, Garanhuns e Serra Talhada.

Em 2010, teve início o curso de Especialização em Gestão Pública, *lato sensu*, nos polos da UAB de Palmares, Ipojuca, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim.

Em 2010, tiveram início os cursos de Licenciatura em Geografia, nos polos de Gravatá, Sertânia; Carpina e Águas Belas e o curso técnico de Informática para Internet em Serra Talhada e Caruaru.

Em 2012, a DEaD recebeu a visita *in loco* do MEC para a avaliação dos cursos superiores de Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Gestão Ambiental. Nesta avaliação, os referidos cursos receberam o conceito 4 (Muito Bom) de acordo com o instrumento de avaliação do SINAES.

Atualmente, o vestibular dos cursos oferecidos pela DEaD é realizado de modo unificado com todos os demais campi do IFPE. São oferecidos os cursos superiores de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Geografia e Tecnologia em Gestão Ambiental e os cursos técnicos em Manutenção e Suporte em Informática, Informática para Internet, Manutenção Automotiva e Sistemas de Energia Renovável, além do curso de Pós-Graduação *lato sensu* Especialização em Gestão Pública.

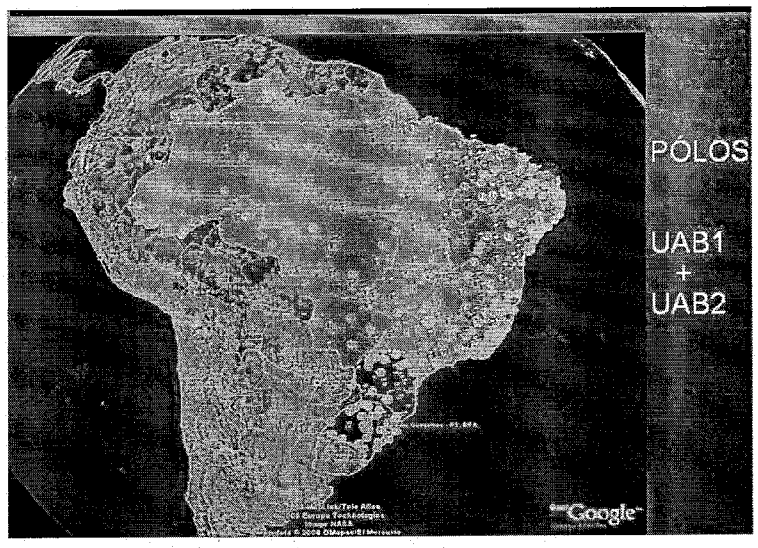
1.3 Histórico da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC), gerido pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED).

A UAB foi implantada, oficialmente, por meio de editais públicos, em 2006 e 2007, ofertando, em 2008, 40.000 (quarenta mil) vagas em diversos

cursos, abrangendo 562 Pólos de Apoio Presencial ao ensino, em quase todas as regiões do País, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Distribuição dos Polos de Apoio Presencial da UAB no Brasil
por Estados – 2008



Foram várias as ações precursoras da criação da UAB. Dentre elas é possível destacar:

a) Curso de Pedagogia, do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) da Universidade Federal do Mato Grosso, em 1995;
b) Consórcio CEDERJ do Rio de Janeiro (da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) em 2000;
c) Projeto Veredas: Formação Superior de Professores, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2002;
d) Projeto Piloto Curso de Administração, modalidade a distância, numa parceria Banco do Brasil – MEC e Instituições Públicas de Ensino Superior em 2006.

Outra experiência foi com o Pró-Licenciatura, lançado pelo MEC em 2005, para formar 180 mil professores de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental

e do Ensino Médio. O público-alvo foram os professores atuantes nas salas de aula sem a formação exigida por lei. Nesse Programa estão previstas bolsas de estudo e a oportunidade de fazer a graduação, em serviço e a distância, em instituições públicas, comunitárias e confessionais.

Os cursos a distância do Pró-Licenciatura têm a mesma duração dos cursos presenciais ofertados pelas IES e a instituição precisa ser credenciada para trabalhar com educação a distância. Abrange cursos para formação de professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio em língua portuguesa e estrangeira, história, geografia, educação física, ciências biológicas, matemática, física e química.

Também em 2005, o MEC lançou o consórcio entre IPES para oferecer licenciatura a distância em biologia. Equipes de oito universidades integrantes deste consórcio ofereceram 1.300 vagas em curso de licenciatura a distância em biologia.

O consórcio é integrado pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

O Curso foi montado em parceria por equipes das oito universidades para concorrer à Chamada Pública da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), que destinava recursos para instituições públicas de ensino superior que tivessem projetos para cursos de graduação a distância.

O conteúdo da licenciatura, produzido em conjunto por professores da área de biologia das instituições, foi dividido em módulos e ministrado por meio de fascículos impressos e via internet. Os estudantes sem acesso à rede fazem o curso por meio de material impresso. O Curso tem duração mínima de quatro anos, e priorizou professores que atuem na rede pública.

A seleção de estudantes foi feita por meio de vestibular, aplicado em 45 municípios nos estados participantes. Nestes municípios ocorrem as fases presenciais do curso, que constituem de 20% a 30% do conteúdo total.

Mais uma ação de EaD foi lançado pelo MEC em 2006, o Pró-Formar com a oferta do curso de Licenciatura em Educação Infantil – modalidade a

distância. É resultado de parceria interinstitucional estabelecida pelo consórcio Pró-Formar, assinado pelos reitores das Universidades, visando a formação de rede de formação entre: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Estas IPES, ao ofertarem cursos de formação inicial e continuada, gratuitos e de qualidade, usando para isso a modalidade à distância, firmaram seu compromisso com a escola pública e exercendo seu papel social, função e dever do Estado. O curso é destinado preferencialmente aos profissionais em exercício na Educação Infantil, em instituições públicas de atendimento as crianças de até 6 anos, que tenham ensino médio completo, residentes nos municípios convenentes.

Os objetivos deste programa ultrapassam os limites de uma profissionalização restrita apenas a obtenção de uma titulação e apontam para perspectivas de continuidade e de abrangência que contemplem a qualificação acadêmica, o plano de carreira e a política de remuneração. Essa formação específica em que a teoria e prática se mesclam numa dinâmica transformadora e construtora de novos saberes, capaz de proporcionar, cada vez mais, um atendimento de qualidade às crianças menores de 6 anos de idade.

1.4 Objetivos da UAB

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) tem como objetivos principais:

I. Fomentar as instituições públicas de ensino superior e polos municipais de apoio presencial, visando a oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;

II. Articular as instituições públicas de ensino superior aos polos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;

III. Subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;

IV. Apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior e tutores presenciais e coordenadores nos polos municipais de apoio presencial;

V. Planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infra-estrutura física e de pessoal dos polos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

1.5 Experiência da UAB no Curso de Administração

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários Estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o MEC/SEED, o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades que aderiram ao projeto.

Os estudantes ingressaram por vestibular atendendo aos requisitos de cada uma das instituições vinculadas ao sistema UAB. O curso, nível bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorrem preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolve atividades a distância, como o estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas, acompanhado por um sistema de tutoria que permite o monitoramento do seu desempenho. Com a supervisão da SEED/MEC e da CAPES, coordenadores das IPES que oferecem o curso piloto, se reúnem (por meio de um Fórum) periodicamente para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o

material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso.

Este Fórum é uma experiência impar no setor público brasileiro, pois coordena uma rede de IPES que atuam colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração à distância gratuito e de qualidade.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO e COUTO, 1996; PINHO e SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as "verdadeiras" funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo

transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO e COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão pública. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). No âmbito estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Por essa razão, o desenvolvimento de conhecimentos e a permanente criação e capacitação constituem o ativo principal da sociedade e de suas instituições. O estudo continuado tem o papel de afastar isolamentos e aproximar distâncias de informações atualizadas que podem contribuir para o êxito da administração pública. Da mesma forma, a produção de conhecimento científico rompe as barreiras da simples reprodução de soluções prontas e acabadas, muitas vezes propagadas como milagrosas e definitivas, no âmbito da gestão, e permite refletir sobre realidades locais numa perspectiva que integra o micro e o macro em novas possibilidades de atuações dos gestores.

O resultado esperado é a formação de atores públicos, instrumentalizados com inovadoras e criativas técnicas de gestão, que

consideram movimentos globalizantes e sua influência na ordem econômica, mas vão além desse patamar e podem incorporar em suas práticas um novo pensamento: crítico, social e historicamente situado, político e afastado do tecnicismo exacerbado que não considera a dimensão humana em seus processos e decisões.

Aliás, neste domínio, não são poucos os desafios a serem enfrentados, uma vez que o campo de influência dos movimentos globalizantes não está restrito apenas à ordem econômica. Na verdade, ele tem fortíssima interferência também no funcionamento das instituições públicas e privadas. Portanto, a modernização e a profissionalização da Administração Pública passam a ter valor estratégico que se impõe tanto ao Estado quanto aos agentes da Administração.

Com efeito, a formação profissional dos gestores deve ser diferenciada, diversificada, difusa. Exige-se desses profissionais preparo e conhecimento abrangentes nas mais diversas áreas que passam por questões jurídicas, políticas, biológicas, sociais, ecológicas, antropológicas, cibernéticas, econômicas, de genética, educacionais.

É preciso ressaltar, também, a importância da pesquisa científica para os interesses da Administração Pública, como realizada nos moldes da Especialização. A possibilidade de reflexão sobre realidades locais e a produção de conhecimento próprio no âmbito brasileiro podem contribuir para modificar um quadro em que as bases teóricas para se pensar o país muitas vezes não o consideram em sua especificidade.

Além disso, a pesquisa científica na Especialização pode garantir aos gestores o desenvolvimento da melhor forma de cumprir suas atribuições, proporcionando serviço profissional, eficiente e de qualidade a sua população.

Tal é a realidade do Curso de Especialização em Gestão Pública UAB-IFPE que já apresenta duas turmas formadas com produção científica relevante e gestores que compreendem que globalização e plena eficiência vão além de uma atuação meramente burocrática, unidimensional, tecnicista e despolitizada. Pode-se afirmar que mais que o alcance de um título, a Especialização tornou-se o espaço vivo de produção de saber, de sua aplicação e da reflexão necessária sobre ele, na perspectiva do que Moesch (2002), denomina: saber-

fazer e fazer-saber com a formação profissional e a produção científicas realizada nas suas duas primeiras turmas.

Com base nessas características, e na constatação de que a capacitação administrativa está vinculada à competência, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a Estados e Prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional. Papel inequívoco deste Curso de Especialização em Gestão Pública.

2.1 Objetivos dos Cursos de Especialização do Programa

Os cursos têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando
ao exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretende:

a) capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
b) capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
c) contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
d) contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

3.1 Público-Alvo

Os cursos destinam-se aos portadores de diploma de curso superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.

3.2 Forma de Acesso

A admissão dos estudantes ao Curso do IFPE será feita mediante processo público de seleção regulamentada por edital específico. Como diretriz, a seleção abrangerá duas dimensões: análise do Curriculum Lattes atualizado e comprovado, impresso por meio da Plataforma Lattes do CNPQ (http://lattes.cnpq.br) e análise do plano profissional.

A análise curricular, de caráter classificatório e eliminatório, utilizará os seguintes critérios de pontuação:

FASE I – Análise Curricular – até 12,0 pontos									
Curso de Graduação		**Curso de Especialização**		**Extensão**		**Experiência Profissional Gerencial**		**Experiência Profissional Não Gerencial**	
Até 3,0 pontos		**Até 1,0 ponto**		**Até 3,0 pontos** sendo 0,5 ponto para cada 40h		**Até 3,0 pontos** sendo 0,5 ponto para cada ano		**Até 2,0 pontos** sendo 0,5 ponto para cada ano	
Na área de Ciências Sociais Aplicadas	3,0	Na área de Ciências Sociais Aplicadas	1,0	Na área de Ciências Sociais Aplicadas	3,0	Na Área de Gestão Pública	3,0	Na Gestão Pública	2,0
Na Área de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas	1,0	Na Área de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas	0,5	Na Área de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas	1,0				
Em outras Áreas	0,5	Em outras Áreas	0,0	Em outras Áreas	0,0	Em outras Áreas	1,0	Em outras Áreas	1,0

O plano profissional deve ter duas laudas, no máximo, explicitando os motivos de interesse pelo curso, correlacionando-os aos projetos de vida/profissional dos estudantes e será entregue no ato da inscrição nos polos. Nesse plano também deve constar a apresentação de um possível tema de pesquisa com a justificativa de escolha, para realização no futuro trabalho de

conclusão de curso. Em sua análise, de caráter classificatório, serão observados: domínio da norma-padrão da Língua Portuguesa, que revele clareza para compreensão do texto. Articulação das partes, que demonstre coesão e coerência, bem como objetividade na argumentação lógica e defesa das ideias e propostas. Além disso, relevância e atualidade da proposta de trabalho em conformidade aos objetivos do curso. Serão utilizados os seguintes critérios de pontuação:

FASE II – Análise Plano Profissional – até 3,0 pontos		
Norma-Padrão	**Coesão e Coerência**	**Domínio do Tema**
Até 1 ponto	Até 1 ponto	Até 1 ponto
Os candidatos deverão demonstrar domínio da norma-padrão da Língua Portuguesa. Os candidatos não deverão apresentar erros no que tange à ortografia, acentuação, pontuação, às regências verbal e nominal, às concordâncias verbal e nominal, entre outros. Vícios de linguagem também serão considerados.	Os candidatos deverão selecionar argumentos e organizá-los, articulando as partes do texto e utilizando os recursos coesivos adequadamente. A clareza e a organicidade do texto também são quesitos importantes a serem levados em consideração.	Os candidatos deverão apresentar sua proposta de tema de pesquisa bem articulada à argumentação desenvolvida em seu texto, bem como relacionada aos objetivos do curso.

4 PERFIL DO EGRESSO

Os objetivos de aprendizado para os estudantes no Curso de Especialização em Gestão Pública são os seguintes:

a) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;

c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
d) Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico dos estudantes por meio de:

a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de casos, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
d) Aumento da capacidade de liderança na organização por meio da participação em trabalhos em equipe;
e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance organizacional;
f) Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
h) Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, por meio da elaboração de projetos e análise de casos.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade,

no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito critico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Desse modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma **sociedade justa**.

Por essa razão, espera-se que os estudantes apresentem variadas capacidades nos seguintes campos, como consequência necessária de sua formação como Especialista em Gestão Pública:

No campo organizacional e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

5 CONCEPÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5.1 Aspectos Fundamentais

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em "Estado mínimo", inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estendeu até 2010, recompôs o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO et al. 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrúcio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado

dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

A partir de tudo isso, o Programa de Especialização em Gestão Pública terá a seguinte configuração:

Módulos	Carga Horária
Módulo I - Básico	300 horas
Módulo II - Específico	210 horas
Módulo III - TCC	90 horas
CH Total	600 horas

As diretrizes do Curso de Especialização do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Curso de Especialização do Programa Nacional de Formação em Administração Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada. Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto socioeconômico-cultural

específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

5.2 Abordagens Teórico-Práticas

Para tanto, esta proposta para o Curso de Especialização na modalidade a distância traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

a) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvo, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
e) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a autoavaliação.

Há três princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

5.2.1 Princípios Epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos por meio de duas dimensões:

a) Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso;
b) Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em três módulos de estudos: Módulo I - Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública; Módulo II – Específico, que de refere aos componentes curriculares específicos em Gestão de Organização Pública e Módulo III – TCC, que corresponde ao trabalho de conclusão de curso.

5.2.2 Princípios Metodológicos

A Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que os próprios currículo e conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que devem ser orientados numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum. Três conceitos são escolhidos para servir não somente de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso:

a) **Historicidade** é vista como característica das ciências. Por meio desse conceito, espera-se que os estudantes percebam que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural e, por isso mesmo, sujeito as suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

b) **Construção** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que os estudantes reforcem sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações pessoas/pessoa, pessoa/natureza e pessoa/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que os estudantes devem se imbuir do firme propósito de transformar-se em profissionais que não somente aplicam conhecimentos, mas também produzem conhecimentos;

c) **Diversidade** é importante que os estudantes compreendam como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

5.2.3 Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não somente das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e

sua construção pela prática; ou seja, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica interrelações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade social.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

5.3 Rede de Instituições Públicas

O Curso de Especialização do Programa será desenvolvido por Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) em parceria com a CAPES, SEED/MEC, ENAP, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. A exemplo do que ocorreu na oferta do Curso de Graduação em Administração – Projeto Piloto – a garantia de implantação dos preceitos aqui preconizados será dada pelo Fórum Nacional do Ensino Público de Administração, na modalidade a distância.

O Fórum tem o papel de integrar as políticas e as experiências de ensino, pesquisa e extensão, na área de administração, reunindo os Coordenadores de Cursos de Administração oferecidos pela IPES, nos níveis da graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

6 COORDENAÇÃO

A Coordenação do Curso será exercida preferencialmente por professor do quadro permanente do IFPE, com titulação mínima de Mestrado em Gestão Pública e experiência em ensino de especialização.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 Estrutura Curricular

O Componente Curricular usa um conjunto de estratégias, recursos e elementos pedagógicos e tecnológicos combinados e são voltados para as necessidades de aprendizagem.

Cada componente curricular contará com material de referência (impresso), materiais e atividades digitais que serão apresentados em um ambiente virtual de aprendizagem, aulas ministradas durante encontros presenciais ou virtuais, que poderão ser realizadas por meio de videoaula (DVD) ou videoconferência.

A estrutura curricular é composta por um conjunto de componentes e um trabalho de conclusão de curso (TCC), com duração de dezesseis meses, que inclui cumprimento de créditos desses componentes e elaboração do trabalho de conclusão de curso(TCC). Assim, o curso perfaz um total de 600 horas aula, divididas em três módulos: Módulo I – Básico (300h), Módulo II – Específico(210h) e Módulo III - TCC(90h). Para integralização curricular, os estudantes deverão cumprir a carga horária e elaborar monografia que revele domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado, para defesa em banca examinadora.

Ressalta-se que a especialização pode comportar Seminários Temáticos que destaquem as atividades de pesquisa dos estudantes. Esse é um esforço para permitir que eles possam ser atores efetivos na construção de seu conhecimento em gestão pública, a partir de sua interação com realidade vivenciada, juntamente com os professores de conteúdo. Em sua realização, as atividades podem, eletivamente, culminar em seminários abertos à sociedade

As atividades didático-pedagógicas do curso serão desenvolvidas de forma semipresencial, com vinte por cento da carga horária total de cada componente curricular dedicada às atividades presenciais, incluída a avaliação presencial.

Os componentes curriculares dos módulos Básico e Específico serão distribuídos de forma a serem oferecidos até dois componentes curriculares concomitantemente. A duração de cada um dependerá de sua carga horária.

Essa duração baseia-se na previsão de 7,5h de estudo semanal, o que, por exemplo daria 4(quatro) semanas letivas até a avaliação presencial, para um componente curricular de 60h, acrescido de mais duas semanas, sendo uma para segunda chamada e outra para o exame final. Cada componente tem momentos presenciais e a distância.

Em média, uma carga horária de trinta horas será oferecida em quatro semanas letivas ou trinta dias corridos, considerada a proporção de sete e meia horas de estudos semanais para cada componente curricular. Dessa forma, é previsto que os estudantes dediquem, no mínimo, uma hora diária aos estudos.

Um componente curricular com carga horária de trinta horas deverá ter seis horas de encontro presencial ou dois encontros presenciais, ao menos, mais a avaliação presencial, acrescido de mais duas semanas letivas ou mais dois encontros presenciais, sendo uma para segunda chamada e outra para o exame final, podendo esses encontros ser visitas técnicas, aulas presenciais ou ainda webconferência. No caso específico da Segunda Chamada e do Exame Final deverão obrigatoriamente ocorrer através de encontros presenciais no polo.

A finalização de um componente – momento de sua avaliação – pode coincidir com o início de outro, propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada componente. No início, servirão para oferecer visão da dinâmica do componente e ao final para discussões temáticas, seminários, oficinas, avaliações de aprendizagem, orientações e apresentação de trabalhos.

No início do módulo Básico será realizado treinamento para uso adequado do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA). No início de cada módulo, haverá entrega dos materiais didáticos e calendário.

Ao longo do curso, professores e tutores a distância desenvolverão suas atividades de ensino, trabalhando os conteúdos dos componentes por meio de estratégias pedagógicas diversas: uso de material didático impresso e digital, videoaulas, conteúdos animados, videoconferência, encontros presenciais para realização de práticas laboratoriais, aulas presenciais, visitas técnicas.

A Diretoria de Educação a Distância do IFPE disponibilizará o ambiente virtual de ensino e aprendizagem Moodle para distribuição de conteúdos digitais, compartilhamento de informações, socialização de conhecimento por meio de fóruns de discussão, troca de comunicação síncrona (*chat*) e assíncrona (mensagem e fóruns), desenvolvimento de atividades didático- pedagógicas e avaliação da aprendizagem de forma contínua e processual. Com isso, espera-se que os estudantes desenvolvam autonomia no seu processo de aprendizagem e que professores e tutores consigam diagnosticar possíveis dificuldades e recuperar a aprendizagem ao longo de todo o processo educativo.

Ao final de cada componente curricular, os estudantes serão submetidos a exames presenciais obrigatórios, conforme determina a organização didática do IFPE e a legislação vigente.

- **Módulo I - Básico**

O Módulo Básico é composto por dez disciplinas, de trinta horas, que fundamentam o curso num total de trezentas horas. Sua função é propiciar aos estudantes a tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem de um Estado Gerencial para um Estado Necessário ocorrida nos últimos anos. Tal referencial permitirá compreender melhor, quando do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

As três primeiras disciplinas prepararão os estudantes para o estudo a distância e a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento do curso, além de propiciar conhecimento dos métodos que auxiliarão na elaboração do trabalho científico de conclusão de curso (TCC).

MÓDULO I - BÁSICO		
Ordem	Disciplina	Carga Horária
1	Metodologia do Estudo a Distancia	30
2	Informática Aplicada	30
3	Metodologia Cientifica	30

4	Estado, Governo e Mercado	30
5	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
6	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30
7	Políticas Públicas	30
8	Planejamento Estratégico Governamental	30
9	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
10	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
Total de Horas/Aula		**300**

- **Módulo II - Específico**

O Módulo Específico será composto por seis disciplinas específicas em Gestão de Organização Pública, com quatro disciplinas de trinta horas e duas de quarenta e cinco horas, perfazendo um total de duzentas e dez horas.

MÓDULO II - ESPECÍFICO		
Ordem	Disciplina	Carga Horária
1	Comportamento Organizacional	30
2	Cultura e Mudança Organizacional	30
3	Gestão Operacional	45
4	Plano Plurianual e Orçamento Público	45
5	Gestão de Redes Públicas de Cooperação	30
6	Gestão Logística	30
Total de Horas/Aula		**210**

- **Módulo III – TCC**

Para obtenção do certificado de Especialista em Gestão Pública, os estudantes terão que desenvolver ao longo deste módulo de 90 horas o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será uma monografia individual com tema voltado à administração pública, dentro das linhas de pesquisa do curso.

MÓDULO III - TCC		
Ordem	Disciplina	Carga Horária
1	Monografia	90
Total de Horas/Aula		**90**

Durante o TCC o estudante contará com a orientação de um Professor/Tutor Orientador do TCC que poderá ser docente do IFPE ou de outras Instituições Públicas ou Privadas de Ensino Superior, Mestres e Doutores, com formação em gestão pública e/ou gestão com experiência na área pública, além de experiência em orientação de trabalho de conclusão de curso (graduação ou pós-graduação) e/ou orientação de iniciação científica e/ou grupos de pesquisa, sendo o futuro orientador o titular do grupo.

Cada Professor/Tutor Orientador deverá orientar até cinco estudantes no TCC. Entre suas atribuições estão:

a) orientar, acompanhar e avaliar os estudantes durante o processo de desenvolvimento do TCC em todas as suas fases;
b) comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação do Curso;
c) informar à Coordenação do Curso a frequência, o cumprimento de prazos das atividades de orientação e o desempenho do estudante em relação ao TCC;
d) presidir a Banca Examinadora do TCC do estudante sob sua orientação;
e) solicitar seu afastamento da orientação à Coordenação do Curso, desde que justificada por escrito e quando houver substituto;
f) assegurar-se da autenticidade dos trabalhos construídos pelos orientandos, a fim de se evitar o plágio total ou parcial de outros trabalhos acadêmicos;

O TCC deverá ser, estritamente, de autoria do estudante, sendo este reprovado se constatado plágio na sua construção. A não entrega do TCC pelo(a) orientando(a), ou o não comparecimento dele(a) aos encontros de orientação previamente definidos e acordados, bem como a não apresentação

do Trabalho em prazo previamente estipulado pela Coordenação do Curso, resultarão em sua reprovação.

As Bancas Examinadoras (pré-banca e de defesa) deverão ser constituídas por 03 (três) docentes, dentre eles o orientador e, preferencialmente, mais 02 (dois) do quadro do curso. Haverá convidados externos ao curso quando necessário na composição da banca final de defesa. Para compor essa Banca Examinadora, é necessário que o convidado tenha titulação mínima Mestre, além de ser da área do Curso ou ter afinidade e interesse pelo tema ou objeto de estudo.

São atribuições da Banca Examinadora:

a) examinar e avaliar o TCC conforme os critérios de avaliação previstos no Regulamento de TCC;
b) reunir-se em horário, data e local previamente estabelecidos;
c) sugerir alterações no TCC, quando julgar necessárias;
d) emitir, por escrito, parecer final das avaliações.

O processo de avaliação consiste no acompanhamento sistemático e contínuo do TCC pelos orientadores, avaliação parcial pela Pré-banca e avaliação final pela Banca Examinadora. A avaliação do TCC pela Banca Examinadora compreenderá a avaliação do trabalho escrito e a apresentação oral.

Numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), os estudantes estarão aprovados no componente curricular TCC se obtiver nota mínima igual a 7,0 (sete), sendo essa aferida pela Banca Examinadora. Os estudantes reprovados na apresentação ou defesa do TCC, deverá matricular-se novamente no componente curricular TCC quando ofertado na turma imediatamente posterior seguinte, de acordo coma Organização Acadêmica Institucional.

De maneira alternativa, pode ser criada uma turma extra de TCC, concomitante à turma regular, como forma de aceleração de recuperação de TCC para alunos retidos nesse componente. A criação dessa turma está sujeita ao interesse dos estudantes para tal possibilidade e conveniência da instituição.

As questões relativas às normatizações pertinentes ao processo do TCC serão determinadas em Manual próprio do TCC da Especialização a ser elaborado em consonância com o Regulamento de Trabalhos de Conclusão dos Cursos Superiores do IFPE.

7.2 A Organização do Sistema de EaD

Estamos vivendo um período histórico de "crise" e "transição", cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros emergem. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

Nesse sentido, a EaD oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Ela exige, portanto, uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que esse chegue às mãos dos estudantes, da coordenação de curso aos professores e tutores.

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela "instituição ensinante" numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico:

a) Estudantes: matriculados no curso e que irão estudar "a distância";
b) Professores Formadores: docentes com titulação mínima de Mestre, com a função de preparar e gerenciar a sala virtual, dar assistências aos estudantes, orientar os tutores a distância, acompanhar o

processo de avaliação, elaborando e organizando seminários temáticos. Após a avaliação presencial do componente curricular, elaboram os instrumentos de avaliação de 2ª chamada e exame final e consolidam as notas para lançamento no sistema de gestão acadêmico. Esses docentes atuarão nos Módulos I e II;

c) Tutores a Distância: docentes com titulação mínima de Especialista com a função de auxiliar o professor no desenvolvimento de todas as atividades e de orientar os estudantes nos seus estudos, dirimindo dúvidas e motivando-os para a aprendizagem individualizada e em grupo. Esses tutores atuarão no Módulo I e II; corrigindo provas, exercícios e trabalhos. Professores-Orientadores: docentes que atuarão no Trabalho de Conclusão de Curso, com titulação mínima de Mestre, com a função de orientar os estudantes sob sua responsabilidade, referente ao trabalho final do curso. O quadro desses professores poderá ser composto por tutores a distância e professores formadores do próprio curso, bem como docentes convidados de outras IES públicas e privadas, quando se fizer necessário para atender às demandas de orientação relacionadas às linhas de pesquisa do curso;

d) Tutores Presenciais: atendem aos estudantes nos polos, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação ao desenvolvimento da metodologia, bem como ao uso das tecnologias disponíveis. Têm formação mínima em nível superior e experiência no magistério;

e) Coordenadores de Polo: docentes do serviço público que faz a gestão das atividades no polo de apoio presencial;

f) Coordenadores de Tutoria: coordenam os aspectos didáticos-pedagógicos do grupo de tutores sob sua responsabilidade. Profissional de formação superior;

g) Coordenadores de Curso: coordenam o curso e seus aspectos gerais, juntamente com os coordenadores de tutoria. Têm titulação mínima de Mestre em Gestão Pública e experiência em ensino de especialização;

h) Equipe de apoio tecnológico e de logística: Essa equipe faz parte da

DEaD responsável pelo suporte Moodle, produção e distribuição do material didático, logística dos transportes e diárias e passagens, estúdio de gravação audiovisual;

i) Equipe Pedagógica: Composta pela Coordenação de Ensino, Assessoria Pedagógica, Coordenação de Gestão e Controle Acadêmico e Diplomação.

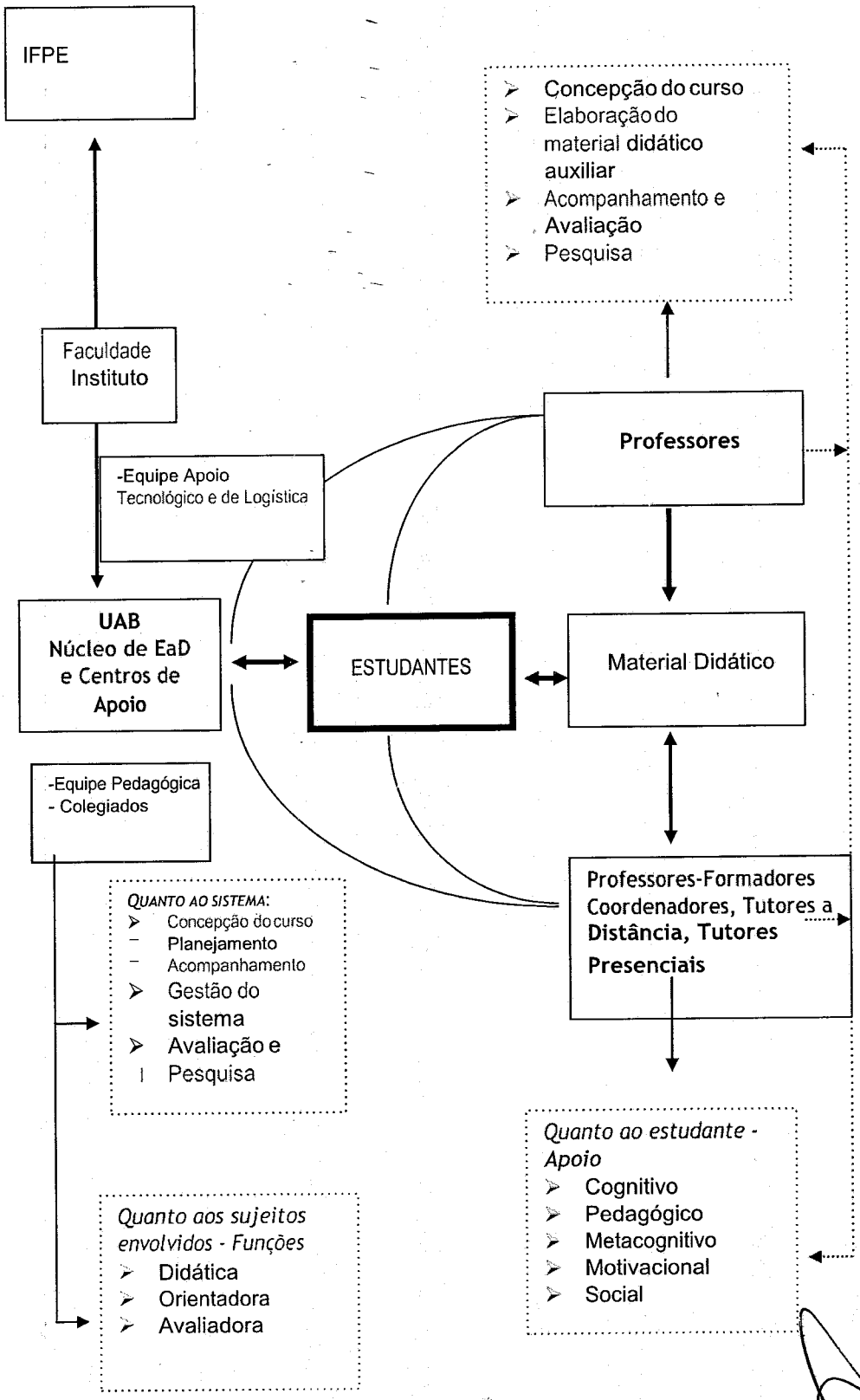
j) Colegiado: Responsável pelo acompanhamento acadêmico do curso é composto por professores, coordenação de curso e tutoria, assessoria pedagógica, técnico administrativo e um representante dos estudantes.

k) Material didático: elo de diálogo dos estudantes com professores, tutores e orientadores, por meio dos materiais impressos (apostilas) e do AVEA Moodle

l) Diretoria de Educação a Distância: em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;

m) Polos de Apoio Presencial: onde se oferece aos estudantes estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso, tais como salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, dentre outros.

Figura 2 - Componentes da Ação Formativa no Curso de Especialização em Gestão Pública a Distância



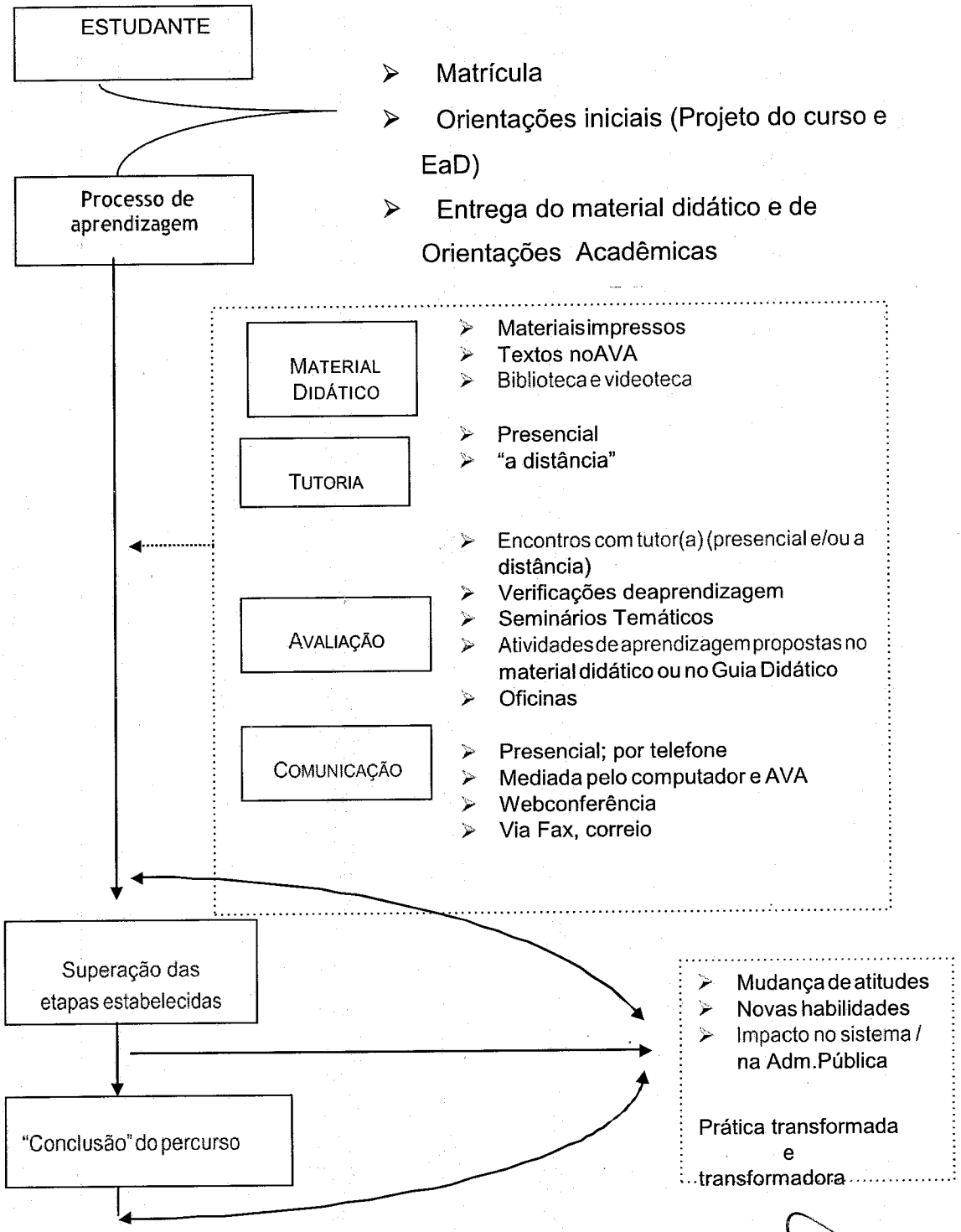
Fonte: Preti (1996 - adaptação).

Assim organizada, a "instituição ensinante" poderá oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais ("aprender a aprender"), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante. Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

a) *A estrutura organizativa,* composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial.
b) *A comunicação:* que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários a partir da utilização de diversos meio e linguagens. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
c) *O trabalho cooperativo:* somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores). Por essa razão, a ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma "comunidade de aprendizagem".

Na figura 3, a seguir, desenhamos o caminho proposto a ser percorrido pelos estudantes.

Figura 3 - Percurso dos Estudantes



Fonte: Preti (1996 - adaptação).

É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular- se, os estudantes têm acesso, no ambiente virtual, ao Projeto Pedagógico do Curso contendo todas as informações referentes ao curso e à modalidade, além do calendário de atividades dos Módulos.

O estudante enviará as atividades e manterá contato com seus tutores, utilizando sempre o ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema, evitando dissabores, muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos estudantes suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de autoaprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o estudante compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, faz-se imprescindível a organização de um sistema que ofereça aos estudantes as condições para que efetuem sua formação profissional.

7.3 A Organização do Curso

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores e tutores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;

- Monitoramento do percurso dos estudantes;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem:

7.3.1 Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários polos do curso e o IFPE. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica no IFPE com a garantia de:

a) Manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
b) Designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
c) Suporte *Moodle* para a rede comunicacional prevista.

7.3.2 Produção de Material Didático

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. É mediante o material didático que são feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico proposto fazendo recurso aos conceitos de historicidade, construção e diversidade.

A produção do conteúdo básico será realizada por autores especialistas, coordenados pela UAB, e sua distribuição às IPES será feita pela equipe de produção técnica. A reprodução bem como sua distribuição aos estudantes ficará a cargo do IFPE.

7.3.3 Processos de Orientação de Avaliação

São processos inseparáveis na EAD, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta os estudantes em seu estudo e aprendizagem.

Os tutores a distância devem participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, os tutores a distância são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação. Além disso, deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem.

Os tutores a distância, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo "distância", devem estar permanentemente em contato com os estudantes, mediante a manutenção do processo dialógico, em que entorno, percurso, expectativas, realizações, dúvidas, dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Em razão da necessidade de interlocução profícua, estabelece-se a relação de um(a) tutor(a) a distância para cada 50 estudantes (em média, na relação de um(a) para cada polo), quando da oferta dos componentes as disciplinas dos Módulos I e II. Durante a oferta do Módulo III - TCCC, essa relação deve ficar em até 5 estudantes por professor(a)/tutor(a)-orientador(a), visando a realização da monografia a ser apresentada ao final do curso. Esse processo é detalhe no capítulo sobre a avaliação deste projeto.

7.3.4 Acolhimento dos Estudantes

Os estudantes iniciam o curso com o componente curricular Metodologia do Estudo a Distância. Nele, aprendem a utilizar o ambiente virtual de ensino e aprendizagem, os recursos, atividades e as tecnologias informáticas que serão utilizadas no curso pelos professores. Aprenderão, também, a utilizar o material didático impresso e as videoaulas para que possam melhor explorar o uso

dessas tecnologias, subsidiando-os sobre o quê e para quê vai aprender e explicando como será desenvolvido o curso ao longo do seu processo de ensino-aprendizagem.

7.3.4.1 Guia para os Estudantes

Os estudante terão a seu dispor, no AVA, um guia (Manual do Estudante) com as orientações gerais sobre o curso, a organização didática e as normas acadêmicas, o processo de avaliação do desempenho da aprendizagem, as orientações para o seu estudo, a relação e localização dos Polo de Apoio Presencial do Sistema UAB (POLO UAB) e a estrutura organizacional da DEaD do IFPE.

Além disso, será disponibilizado na *web*, um guia contendo os conteúdos (módulos, componentes curriculares etc.) do curso para que os estudantes possam acompanhar toda sua estrutura curricular.

7.3.4.2 Contrato Pedagógico

No início de cada componente, os estudantes terão a seu dispor, no AVEA, um contrato pedagógico que explica a organização do componente (carga horária, horários de atendimento semanais online, nomes dos tutores por polo e do(a) professor(a) formador(a). Também são mostrados a ementa do componente, a distribuição semanal de conteúdos, a metodologia a se utilizada, as atividades presenciais, a webconferência, os critérios e o processo de avaliação. Também são explicitados os processos de 2ª chamada e exame final, além orientações gerais e referências. É de responsabilidade dos professores-formadores elaborarem e disponibilizarem esse contrato no início de cada componente.

7.4 Sistema de Tutoria

O corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos a distância. É compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades

desenvolvidas a distância e/ou presencialmente contribuem para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

Um sistema de tutoria necessário ao estabelecimento de uma educação a distância de qualidade deve prever a atuação de profissionais que ofereçam tutoria a distância e tutoria presencial.

A **tutoria a distância** atuará a partir da instituição, mediando os processos pedagógicos com estudantes geograficamente distantes e referenciados aos polos descentralizados de apoio presencial. A principal atribuição desses profissionais é o esclarecimento de dúvidas por meio de fóruns de discussão realizados no ambiente virtual de aprendizagem por mensagens, participação em vídeo, videoconferências e tutoria online (*chat*).

Os tutores a distância também têm a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, juntamente com os professores formadores. Um(a) tutor(a) a distância ficará responsável por um grupo de, no máximo, 30 a 50 estudantes, uma vez que são designados para cada polo.

A **tutoria presencial** atenderá aos estudantes nos polos, em horários preestabelecidos fixados pelo(a) Coordenador(a) do Polo, de acordo com os horários de preferência dos estudantes. Esses profissionais serão capacitados pela equipe de EaD do IFPE, quando receberão orientação sobre a função de tutoria, conhecerão o projeto pedagógico do curso, o material didático e a metodologia do curso. Um(a) tutor(a) ficará responsável por um grupo de, no máximo, 30 a 50 estudantes.

Os tutores a distância e presenciais serão escolhidos por meio de processo seletivo público simplificado, publicado em Diário Oficial da União (D.O.U.), de acordo com requisitos pré-estabelecidos pela CAPES/UAB.

A principal atribuição do tutor presencial é auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação ao desenvolvimento da metodologia, bem como ao uso das tecnologias disponíveis. Além disso, participará de momentos presenciais obrigatórios. O tutor presencial manterá

comunicação permanente tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso.

7.5 Formação Permanente dos Professores-Formadores, Tutores a Distância e Presenciais, Equipe Multidisciplinar e Técnicos Administrativos

A Política de Qualificação será viabilizada mediante a implementação de um Plano de Capacitação de docentes, tutores e técnicos administrativos, destinado a proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento Institucional em educação a distância (EaD). A constante formação profissional das pessoas que integram a equipe de EaD é de fundamental importância para a sobrevivência de qualquer projeto ligado a essa modalidade, seja de formação inicial ou continuada de servidores e colaboradores.

De um lado, essa qualificação permitirá a otimização dos serviços de EaD oferecidos pelo IFPE; por outro, proporcionará o crescimento pessoal dos servidores e colaboradores que trabalham na área, sendo um fator imprescindível para a sua autorrealização.

As atividades a serem desenvolvidas serão de dois tipos: cursos presenciais ou a distância; treinamentos específicos ou em serviço; intercâmbios ou visitas técnicas; seminários e congressos que contribuam para atualização permanente dos profissionais e cursos de pós-graduação.

Essas atividades estarão orientadas para os resultados que a instituição deseja alcançar e serão avaliadas após a conclusão de cada uma, sendo permanentemente acompanhadas pela Coordenação de Ensino, de Curso e Direção Geral da DEaD do IFPE. E para garantir a disseminação do aprendizado, conforme o caso, os conhecimentos deverão ser repassados aos demais servidores e colaboradores, ao longo da implantação e desenvolvimento dos diversos cursos.

7.5.1 Formação de Professores, Tutores e Equipe Multidisciplinar

Os professores-formadores, tutores a distância ou presenciais, assim como a equipe multidisciplinar, ao ingressarem na DEaD, deverão participar de

um curso inicial, constando de formação no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle e Pedagógica.

Os professores-formadores e tutores a distância que já estejam desenvolvendo suas atividades docentes na DEaD há mais de (06) seis meses deverão ser submetidos a processo de formação continuada para aprimoramento das habilidades no uso pedagógico das ferramentas virtuais de aprendizagem.

A DEaD também desenvolveu um projeto de formação, no formato de extensão para professores-formadores e tutores de outras instituições, colaboradores e servidores de outros campi do IFPE que desejem ingressar nessa modalidade de ensino.

Outro projeto diz respeito à equipe multidisciplinar da DEaD e está em desenvolvimento no Grupo de Trabalho de Formação Docente coordenado pela Assessoria Pedagógica da DEaD.

7.6 Matriz Curricular

MÓDULO I - BÁSICO		
Ordem	Disciplina	Carga
1	Metodologia do Estudo a Distancia	30
2	Informática Aplicada	30
3	Metodologia Cientifica	30
4	Estado, Governo e Mercado	30
5	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
6	Desenvolvimento e Mudanças no Estado	30
7	Políticas Públicas	30
8	Planejamento Estratégico Governamental	30
9	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
10	Indicadores Socioeconômicos na Gestão	30
Total de Horas		**300**
MÓDULO II - ESPECÍFICO		
Ordem	Disciplina	Carga
1	Comportamento Organizacional	30
2	Cultura e Mudança Organizacional	30
3	Gestão Operacional	45
4	Plano Plurianual e Orçamento Público	45
5	Gestão de Redes Públicas de Cooperação	30
6	Gestão Logística	30
Total de Horas		**210**
MÓDULO III - TCC		
Ordem	Disciplina	Carga
1	Monografia (TCC)	90
Total de Horas		**90**
Carga horária total do curso		**600**

7.6.1 Fluxograma

Legenda: Certificação de Especialista em Gestão Pública

7.7 Estratégias Pedagógicas

O IFPE concebe a aprendizagem como um processo de construção do conhecimento que se origina no interior do indivíduo, não apenas como um processo solitário na absorção de conteúdos, mas principalmente como um processo cognitivo que perpassa a intersubjetividade, mediado pelo professor-formador e pelo professor-tutor. Assim, os estudantes são estimulado a aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender.

Esse paradigma de aprendizagem ancora-se nos pressupostos de L.S. Vygotsky (1994), quer por considerar o aprendizado como um processo eminentemente social, ressalta a influência da cultura e das relações sociais na formação dos processos mentais superiores.

O enquadramento pedagógico da relação de ensino-aprendizagem baseia-se também em autores como Piaget (1983), bem como nas propostas de Moore que destacam a autonomia e independência do estudante e de Holmberg que realçam a vertente da interação e da comunicação. O fazer pedagógico deve alinhavar toda a instituição e requer olhares e práticas que sejam atuais, que recusem a reprodução infrutífera, que não traz resultados positivos para os estudantes nem para a instituição.

A fim de assegurar a consecução e consolidação das aprendizagens dos estudantes, contribuindo para o perfil de conclusão do curso, os professores, no desenvolvimento da prática docente, deverão zelar pelo planejamento e desenvolvimento do ensino e avaliação da aprendizagem na perspectiva da construção sociocultural do conhecimento, atribuindo-se aos estudantes uma participação ativa, enquanto sujeito construtor de conhecimento, numa relação dialógica entre professores-estudantes.

Para tanto, adotam-se como estratégias pedagógicas o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes por equipe de professores-formadores que elabora a sala virtual com base no plano de curso, dispondo conteúdos e atividades que se adequem ao perfil do grupo. Conta também com equipe de tutores a distância, que são responsáveis por acompanhar todo o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, motivando-os, esclarecendo dúvidas, orientando-os e fornecendo o *feedback* necessário à retroalimentação da aprendizagem. O curso conta ainda com o

suporte presencial no polo por meio do tutor presencial, responsável por apoiar os estudantes em suas dificuldades de acesso aos conteúdos, podendo também formar grupos de estudos e sugerir material complementar de estudo para facilitar a aprendizagem.

A semana letiva inicia-se na quarta-feira e encerra-se na terça-feira da semana subsequente. Os estudantes deverão dispor de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais de estudo para o desenvolvimento das leituras, audiência de vídeos e outros materiais disponíveis, assim como para realização da atividade avaliativa obrigatória da semana no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA).

Na sala de aula virtual, os estudantes contam com o material didático (apostila) do componente curricular, disposto em formato PDF, assim como o calendário de atividades a distância e presenciais do curso, o contrato pedagógico e o plano de aula semanal com as orientações sobre o desenvolvimento das atividades da semana.

No AVEA, são disponibilizadas ferramentas virtuais de aprendizagem direcionadas aos objetivos pedagógicos do curso que se dispõe a facilitar a comunicação e a interação no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Por meio de ferramentas assíncronas (fórum, mensagens, *wiki*), os estudantes poderão estabelecer contato com a equipe docente e com seus pares, esclarecer dúvidas, realizar as atividades e ter acesso a conteúdos de estudo. Contam também com ferramentas síncronas como a tutoria online (*chat*) em horário e dias previamente agendados e disponíveis para conhecimento na semana "0" da sala virtual.

Dentre outras ferramentas virtuais de aprendizagem, os professores-formadores se utilizam para desenvolvimento do componente curricular de: envio de arquivo, *webquest*, webconferência, *hotpotatoes*, questionário, diário de bordo, dicionário, acesso a sites, vídeos e textos.

No polo de apoio presencial, os estudantes contarão com infraestrutura física e organizacional que possibilite o desenvolvimento das atividades presenciais e a distância, com biblioteca, laboratório de informática com acesso a internet e salas de aula.

7.8 Colegiado do Curso

Deverá ser criado o Colegiado do Curso de Especialização em Gestão Pública. Este funcionará como um órgão democrático e participativo de função deliberativa, consultiva, propositiva e de planejamento acadêmico. Em sua composição figurarão os seguintes membros:

a) Coordenação Geral de Ensino;
b) Coordenador(a) do curso de Especialização;
c) 1 (um) representante da equipe técnico-administrativa;
d) Pedagogo(a) responsável pelo Curso de Especialização;
e) Todo o corpo docente do Curso de Especialização;
f) 1 (um) representante do corpo discente do Curso de Nível Superior;

Entre suas competências estão:

a) Analisar e validar o Projeto Pedagógico do Curso para encaminhá-lo à Direção de Ensino ou instância equivalente;
b) Acompanhar a execução didático-pedagógica do Projeto Pedagógico do Curso;
c) Propor modificações no Projeto Pedagógico do Curso e nos Programas dos Componentes Curriculares, por meio da indicação de comissão para esta reestruturação;
d) Estabelecer critérios e cronograma para viabilizar a recepção de professores visitantes a fim de, em forma de intercâmbio, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;
e) Deliberar sobre questões relativas à vida acadêmica, tais como frequência, equivalência e adaptações de estudos, exames e avaliações de acordo com a Organização Acadêmica;
f) Atuar de forma consultiva e deliberativa, em primeira instância, na área do Ensino, Pesquisa e Extensão, desde que não conflite com o que preceitua a Organização Acadêmica e as demais normas do IFPE;
g) Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso de Especialização.

As questões relativas às competências da Presidência do Colegiado e Secretaria, às reuniões e outros pontos serão determinadas em Regimento próprio a ser elaborado em consonância com o Regimento do Colegiado dos Cursos Superiores do IFPE e Parecer da PROPESQ .

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

8.1. Concepção de Avaliação

Em um mundo caracterizado por mudanças, o grande desafio é identificar quando mudar ou atualizar uma proposta educativa ou curricular. Somente a avaliação dará suporte para a revisão de objetivos e finalidades do processo de ensinar e aprender de uma instituição educativa.

A avaliação, por ser um processo contínuo, de caráter dinâmico e temporal, deve abranger os estudantes e sua história de vida, desde sua entrada na escola, passando por toda sua trajetória do "aprender".

Avaliação é um processo de ajuda à efetividade do ensino e da aprendizagem. Opta-se pela valorização das aprendizagens significativas que assegurem o domínio de competências e habilidades, de estratégias mentais do ato de aprender, da formação geral dos estudantes e dos processos criativos. É entendida como um processo mais amplo do que apenas a simples aferição de conhecimentos constituídos pelos estudantes em um determinado momento de sua trajetória escolar. Determina que se deva considerar tanto o processo que os estudantes desenvolvem ao aprender como o produto alcançado.

A avaliação, quando bem planejada, apontará as mudanças necessárias desde a confecção dos materiais até os procedimentos educativos oferecidos para o alcance dos objetivos e a construção das competências requeridas.

A avaliação no curso é concebida como uma dimensão do processo de ensino-aprendizagem e não apenas como momentos isolados desse mesmo processo. Assim, a avaliação é vista como uma reflexão conjunta sobre a prática pedagógica durante o curso. Tal entendimento não exclui, no entanto, a utilização de instrumentos usuais de avaliação, tais como trabalhos escritos,

atividades e testes desenvolvidos no ambiente virtual de aprendizagem e presencialmente.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD os estudantes não contam, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo para que os estudantes possam: buscar interação permanente com os colegas, professores e tutores todas as vezes que sentirem necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor ao organizar o material didático básico para a orientação dos estudantes deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso. Para a relação intersubjetiva e dialógica entre professores-estudantes, mediada por textos, ela é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos estudantes frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação ocorra de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

a) O acompanhamento do percurso de estudo do estudante, mediante diálogos;

b) Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;

c) Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas científicas realizadas ao longo dos Módulos I e II como produção relacionada aos componentes. Além da realização de Seminários Temáticos que destaquem as atividades de pesquisa dos estudantes.

8.2 Processo de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no IFPE tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, a partir de uma observação integral e da avaliação das aprendizagens, visando também o aperfeiçoamento do processo pedagógico e das estratégias didáticas.

O processo de avaliação da aprendizagem será contínuo e cumulativo, com a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e possibilitará a verificação:

a) Da adequação do currículo ou da necessidade de sua reformulação;
b) Da eficácia dos recursos didáticos adotados;
c) Da necessidade de serem adotadas medidas para a recuperação paralela da aprendizagem;
d) Da necessidade de intervenção por parte dos professores no processo de ensino e aprendizagem;
e) Do ajustamento psicossocial dos estudantes.

Os instrumentos a serem utilizados para a avaliação do desempenho da aprendizagem serão efetivados em cada componente curricular por meio de atividades de pesquisa, exercícios escritos e orais, testes, atividades práticas, elaboração de relatórios, estudos de casos, relato de experiências, produção de textos, execução de projetos dentre outros, que sejam definidos nos planos de ensino, de acordo com a natureza do componente curricular.

Visando acompanhar se os objetivos do curso foram alcançados e se as estratégias adotadas foram apropriadas, faremos uso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Serão atribuídos valores aos diferentes instrumentos usados para a avaliação e ao acompanhamento. Os estudantes serão avaliados, ainda, por meio da observação direta dos professores, quanto ao planejamento e execução de oficinas, seminários temáticos ou outros procedimentos pedagógicos.

Poderão ser aplicados quantos instrumentos avaliativos forem necessários ao processo de aprendizagem, cabendo, no mínimo, uma prática avaliativa presencial em cada componente curricular, de acordo com o Calendário Acadêmico de Atividades do Curso. Os encontros presenciais serviram para essas atividades avaliativas presenciais, que serão determinadas a partir das características de cada componente.

Durante o desenvolvimento de cada componente curricular, serão aplicadas diversas atividades avaliativas com os objetivos de acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e identificar se as estratégias e recursos tecnológicos utilizados pelos professores para disponibilizar o conteúdo, impressos ou via web, estão sendo eficientes e efetivos. De posse desses dados, os professores podem vir a tomar decisões para reorientar o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação somativa, entendida como aquela que busca verificar o aproveitamento dos estudantes ao final de determinado período, com a finalidade de decidir sobre sua progressão, será presencial e aplicada nos polos ao final de cada componente curricular.

Todas as atividades avaliativas presenciais ou a distância serão corrigidas pelos tutores a distância com supervisão dos professores- formadores

A avaliação dos estudantes será feita por meio de trabalhos, participação das atividades programadas no ambiente virtual e exames presenciais. Os exames presenciais prevalecerão sobre os demais instrumentos de avaliação virtual, sendo que o resultado final será calculado por meio de média ponderada. A nota do exame presencial terá peso 7,0 (sete) e a nota das atividades programadas a distância terá peso 3,0 (três).

Durante todo o processo de ensino-aprendizagem, e a partir dos resultados obtidos, a equipe docente proporcionará *feedback* para os estudantes propiciando que façam a autoavaliação do seu próprio desempenho nas atividades realizadas.

O resultado da soma das atividades avaliativas, bem como do exame final de cada componente curricular deverá exprimir o grau de desempenho acadêmico dos estudantes, sendo expresso por nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando até a primeira casa decimal.

Caberá aos professores informar a seus estudantes o resultado de cada avaliação, bem como postar no ambiente virtual de aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito ou fórum para discussão da avaliação presencial.

Será permitida segunda chamada para avaliação presencial, desde que requerida no Polo de Apoio Presencial, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, desde que comprovados os motivos expressos e atendidas as exigências do art. 237 da Organização Acadêmica.

O resultado das avaliações será calculado por meio de Média das Avaliações realizadas composta pelas Notas das Atividades Programadas a Distância (NAPD), que equivalem a 30%, e a(s) Nota(s) da(s) Avaliação(ões) Presencial(ais) (NAP) que equivale(m) a 70%, conforme expressa na equação abaixo:

$$MAR = NAPD + NAP$$

Em que:

MAR = Média das Avaliações Realizadas;

NAPD = Nota das Atividades Programadas a Distância;

NAP = Nota da Avaliação Presencial.

Ao longo dos componentes dos Módulos I e II, intercalam-se atividades obrigatórias no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) que totalizam 3,0 (três) pontos, podendo 1,0 (um) ponto ser destinado à participação dos estudantes nas atividades avaliativas, como atividades presenciais (dente elas web conferência) e avaliação presencial que, por sua vez, totalizam 7,0 (sete) pontos, sendo 5,0 (cinco) pontos destinados à

avaliação presencial e 2,0 (dois) pontos distribuídos nas demais atividades presenciais desenvolvidas.

A avaliação do desempenho dos estudantes, para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de certificados, ocorrerá mediante:

- cumprimento das atividades programadas a distância;
- realização de avaliações presenciais;
- obtenção de média mínima de 7,0 (sete).

Para ter direito a realizar a avaliação presencial, os estudantes deverão ter participado de, no mínimo, uma atividade avaliativa no Ambiente Virtual de Aprendizagem, obtendo nota diferente de 0,0 (zero).

Serão considerados aprovados os estudantes que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) em cada componente curricular.

A recuperação processual será aplicada para suprir as deficiências de aprendizado dos estudantes, tão logo elas sejam detectadas, durante o período letivo, por meio de assistência dos professores e tutores, no ambiente virtual de aprendizagem utilizado nesta modalidade de ensino.

A equipe docente deverá identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, reconhecendo quando necessitam de ajuda ou então quando a estratégia de ensino não corresponde ao seu perfil. Uma vez reconhecidas essas dificuldades, o docente deverá buscar novas estratégias de ensino que ajudem o estudante a superá-las.

A avaliação da aprendizagem é entendida como base da tomada de decisões do docente para adotar e/ou modificar suas posturas frente aos estudantes, fornecer ajuda, melhores explicações, exemplos e situações; aprofundar questões, proporcionar desafios, desenvolver episódios para a aprendizagem e, inclusive, considerar os estudantes apto frente às competências e habilidades trabalhadas.

Para efeito de registro da nota de cada componente dos Módulos I e II, após serem aplicados os instrumentos de avaliação durante os estudos de recuperação, prevalecerá a maior nota.

Os estudantes do curso que, mesmo sendo submetido à recuperação, não obtiverem média mínima 7,0 (sete) terão direito a realizar o exame final.

Para ter direito ao Exame Final, os estudantes deverão ter participação efetiva durante todo o processo de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares, bem como apresentar, no mínimo, média 2,0 (dois).

Serão considerados aprovados, após Exame Final, os estudantes cuja Média Final (MF) calculada de forma aritmética for igual ou superior a 6,0 (seis), conforme expressão abaixo:

$$\frac{MF = MAR + NEF}{2}$$

Em que:

MF = Média Exame Final;
MP = Média das Avaliações Realizadas;
NEF = Nota Exame final.

Os estudantes terão o direito de requerer, no Polo de Apoio Presencial, a revisão de instrumentos de avaliações, em até 03 (três) dias úteis após a divulgação do resultado.

A revisão de nota ou pontuação das atividades programadas a distância será feita pelo professor-formador, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após receber a solicitação dos estudantes.

A nota de cada revisão dos instrumentos avaliativos não poderá ser inferior à anterior.

Em caso de reprovação em ate 2 (dois) componentes curriculares, o estudante poderá vir a cumpri-los em outra turma que, por ventura, venha a ser formalmente estabelecida, desde que:

I - seja em turma imediatamente posterior a que ele iniciou o curso;

II - haja vaga ou sua matricula nesta nova turma exceda em ate 10% (dez por cento) o número máximo de estudantes.

A matricula, nessa condição, fica restrita a apenas dois dos componentes curriculares e a uma única vez.

O estudante reprovado em mais de 2 (dois) componentes curriculares estará, automaticamente, desvinculado do curso.

8.3 Avaliação da Aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem

O modelo de avaliação da aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (avaliação a distância) proposto pretende ajudar os estudantes a desenvolverem graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos.

Para tanto, o processo de avaliação adotará um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento.

Serão adotados mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino- aprendizagem. No entanto, a avaliação a distância atenderá ao disposto no Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, que estabelece obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação.

O ambiente virtual de aprendizagem será utilizado como forma de acompanhamento dos processos de aprendizagem individual e coletivo.

O modelo de avaliação proposto tem como referência a concepção de aprendizagem baseada numa perspectiva interacionista-construtivista.

Nesse sentido, destacam-se como aspectos relevantes que subsidiam a construção da proposta de avaliação da aprendizagem no ambiente virtual:

a) Apresentação de dados quantitativos referentes a acesso ao ambiente (controle de frequência);
b) Apresentação de dados quantitativos em relação a contribuições em determinada ferramenta do ambiente (fórum, chat e outras), bem como possibilidades de visualização do texto postado/contribuição (dados qualitativos);
c) Documentação do histórico de navegação individual, de forma a auxiliar os professores/tutores no acompanhamento do percurso individual dos estudantes, facilitando o processo de avaliação formativa e, também, possibilitando aos estudantes o registro do caminho percorrido;

d) Possibilidade de fluxo navegacional entre as contribuições dos vários participantes, uma vez que se entende que a construção individual é permeada pelo coletivo;
e) Visualização das trocas interindividuais que se constituem a partir de uma determinada contribuição, ou seja, o mapeamento das interações a partir de diferentes contextos de discussão.

Portanto, serão adotados os critérios abaixo na avaliação da aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem que contribuirá com 30% do resultado final na avaliação somativa:

a) Frequência e assiduidade (data e hora de acessos ao ambiente, data e hora de acessos a cada uma das ferramentas disponíveis no ambiente);
b) Resultados de testes online;
c) Trabalhos publicados, tarefas realizadas, incluindo verificação de prazos de entrega;
d) Mensagens trocadas entre os participantes de uma aula/componente.

Dessa forma, a avaliação no ambiente virtual de aprendizagem será entendida a partir de 3 (três) perspectivas:

a) Avaliação por meio de testes online;
b) Avaliação da produção individual dos estudantes;
c) Analise das interações entre estudantes, a partir de mensagens postadas/trocadas por meio das diversas ferramentas de comunicação.

Assim o modelo de avaliação da aprendizagem proposto pretende, além de possibilitar aos professores o acompanhamento do processo de construção de conceitos/conhecimentos dos estudantes, também permite a eles tornarem-se conscientes de seu próprio processo de aprendizagem.

8.3.1 Monitoramento do Percurso dos Estudantes

É muito importante que, além das figuras dos professores-formadores e tutores a distância, alguém monitore a participação dos estudantes no curso e produza relatórios semanais para composição de um quadro de desempenho dos estudantes da turma, sob responsabilidade dos tutores a distância.

8.4 Critérios de Correção das Atividades Avaliativas

Serão facultadas às equipes de professores e tutores a distância a escolha dos critérios de correção para as atividades avaliativas, expressando de forma clara a intenção dos instrumentos de avaliação a serem adotados em cada componente curricular, devendo apresentá-los previamente, por meio do Contrato Pedagógico e do Plano de Aula Semanal, à Coordenação de Curso para aprovação.

Os critérios de correção para as atividades avaliativas deverão ser expressos de forma clara e objetiva, assim como indicar as referências qualitativas e quantitativas, como a pontuação destinada a cada questão em um questionário e/ou referência qualitativa da produção de resenha de texto nos aspectos de clareza, objetividade, argumentação lógica, coesão e coerência, dentre outros.

9 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

9.1 Acervo Bibliográfico

O curso dispõe de biblioteca na sede e nos polos, contando com o acervo bibliográfico a disposição dos estudantes, conforme listado a seguir:

LIVRO: Contabilidade Introdutória
Autor: Cruz, June Alisson Westarb. Editora: Juruá, 4ª ed. 2011

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564139932	89478	1	DEaD (Uso Interno)
8564139933	89470	2	DEaD
8564139934	89469	3	Surubim
8564139935	89476	4	Surubim
8564139936	89471	5	Surubim

8564139937	89472	6	Surubim
8564139938	89473	7	Surubim
8564139939	89475	8	Pesqueira
8564139940	89482	9	Pesqueira
8564139941	89483	10	Pesqueira
8564139942	89474	11	Pesqueira
8564139943	89484	12	Pesqueira
8564139944	89480	13	Ipojuca
8564139945	89477	14	Ipojuca
8564139946	89479	15	Ipojuca
8564139947	89481	16	Ipojuca

LIVRO: Estratégias de Governança de Tecnologia da Informação: estrutura e práticas
Autor: ALBERTIN, Alberto Luiz; ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. Editora: Elsevier, 2010

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564140052	97915	1	DEaD (Uso Interno)
8564140053	97914	2	DEaD
8564140054	97903	3	Surubim
8564140055	97902	4	Surubim
8564140056	97904	5	Surubim
8564140057	97909	6	Surubim
8564140058	97908	7	Surubim
8564140059	97907	8	Pesqueira
8564140060	97906	9	Pesqueira
8564140061	97913	10	Pesqueira
8564140062	97912	11	Pesqueira
8564140063	97911	12	Pesqueira
8564140064	97910	13	Ipojuca
8564140065	97905	14	Ipojuca
8564140066	97917	15	Ipojuca
8564140067	97916	16	Ipojuca

LIVRO: Comportamento Organizacional
Autor: ROBBINS, Stephen P. Editora: Pearson, 2010.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564140122	90142	1	DEaD (Uso Interno)
8564140123	90139	2	DEaD
8564140124	90140	3	Surubim
8564140125	90141	4	Surubim
8564140126	90145	5	Surubim
8564140127	90146	6	Surubim
8564140128	90150	7	Surubim
8564140129	90147	8	Pesqueira
8564140130	90144	9	Pesqueira
8564140131	90143	10	Pesqueira

8564140132	90152	11	Pesqueira
8564140133	90153	12	Pesqueira
8564140134	90154	13	Ipojuca
8564140135	90149	14	Ipojuca
8564140136	90148	15	Ipojuca
8564140137	90151	16	Ipojuca

LIVRO: Contabilidade de Custos Fácil
Autor: Ribeiro, Osni Moura Editora: Saraiva, 2009.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564141112	89375	1	DEaD (Uso Interno)
8564141113	89374	2	DEaD
8564141114	89373	3	Surubim
8564141115	89372	4	Surubim
8564141116	89381	5	Surubim
8564141117	89380	6	Surubim
8564141118	89379	7	Pesqueira
8564141119	89378	8	Pesqueira
8564141120	89377	9	Pesqueira
8564141121	89376	10	Pesqueira
8564141122	89369	11	Ipojuca
8564141123	89371	12	Ipojuca
8564141124	89370	13	Ipojuca

LIVRO: Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações
Autor: CHIAVENATO, Idalberto. Editora: Elsevier, 2010.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564141132	97926	1	DEaD (Uso Interno)
8564141133	97924	2	DEaD
8564141134	97920	3	DEaD
8564141135	97921	4	Surubim
8564141136	97918	5	Surubim
8564141137	97930	6	Surubim
8564141138	97919	7	Surubim
8564141139	97927	8	Surubim
8564141140	97929	9	Pesqueira
8564141141	97931	10	Pesqueira
8564141142	97922	11	Pesqueira
8564141143	97923	12	Pesqueira
8564141144	97928	13	Pesqueira
8564141145	97933	14	Ipojuca
8564141146	97925	15	Ipojuca
8564141147	97932	16	Ipojuca

LIVRO: Lições de empreendedorismo
Autor: HASHIMOTO, Marcos. Editora: Manole, 2009.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564141172	89247	1	DEaD (Uso Interno)
8564141173	89246	2	DEaD
8564141174	89241	3	DEaD
8564141175	89240	4	Surubim
8564141176	89239	5	Surubim
8564141177	89250	6	Surubim
8564141178	89249	7	Surubim
8564141179	89245	8	Surubim
8564141180	89244	9	Pesqueira
8564141181	89243	10	Pesqueira
8564141182	89242	11	Pesqueira
8564141183	89252	12	Pesqueira
8564141184	89251	13	Pesqueira
8564141185	89238	14	Ipojuca
8564141186	89253	15	Ipojuca
8564141187	89248	16	Ipojuca

LIVRO: Responsabilidade Patrimonial do Estado: matriz constitucional...
Autor: Zouckun, Maurício. Editora: Malheiros, 2010.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564141362	89141	1	DEaD (Uso Interno)
8564141363	89147	2	DEaD
8564141364	89146	3	DEaD
8564141365	89145	4	Surubim
8564141366	89142	5	Surubim
8564141367	89156	6	Surubim
8564141368	89143	7	Surubim
8564141369	89144	8	Surubim
8564141370	89149	9	Pesqueira
8564141371	89148	10	Pesqueira
8564141372	89151	11	Pesqueira
8564141373	89150	12	Pesqueira
8564141374	89155	13	Pesqueira
8564141375	89154	14	Ipojuca
8564141376	89153	15	Ipojuca
8564141377	89152	16	Ipojuca

LIVRO: Obras Públicas: tirando suas dúvidas
Autor: OLIVEIRA, Pedro Jorge Rocha de. Editora: Fórum, 2010.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564142172	89159	1	DEaD (Uso Interno)
8564142173	89161	2	Pesqueira
8564142174	89160	3	Pesqueira
8564142175	89158	4	Surubim
8564142176	89157	5	Surubim

8564142177	89163	6	Ipojuca
8564142178	89162	7	Ipojuca

LIVRO: Sociologia aplicada a administração
Autor: CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Editora: Atlas , 2ª. 2011.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564142302	89280	1	DEaD (Uso Interno)
8564142303	89291	2	DEaD
8564142304	89279	3	DEaD
8564142305	89278	4	Surubim
8564142306	89288	5	Surubim
8564142307	89289	6	Surubim
8564142308	89290	7	Surubim
8564142309	89283	8	Surubim
8564142310	89282	9	Pesqueira
8564142311	89286	10	Pesqueira
8564142312	89281	11	Pesqueira
8564142313	89287	12	Pesqueira
8564142314	89277	13	Pesqueira
8564142315	89276	14	Ipojuca
8564142316	89284	15	Ipojuca
8564142317	89285	16	Ipojuca

LIVRO: Administração de Departamento Pessoal
Autor: SILVA, Marilene Luzia da. Editora: Érica, 2009.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564142322	89457	1	DEaD (Uso Interno)
8564142323	89462	2	DEaD
8564142324	89456	3	DEaD
8564142325	89467	4	Surubim
8564142326	89464	5	Surubim
8564142327	89468	6	Surubim
8564142328	89466	7	Surubim
8564142329	89463	8	Surubim
8564142330	89460	9	Pesqueira
8564142331	89453	10	Pesqueira
8564142332	89459	11	Pesqueira
8564142333	89465	12	Pesqueira
8564142334	89455	13	Pesqueira
8564142335	89454	14	Ipojuca
8564142336	89461	15	Ipojuca
8564142337	89458	16	Ipojuca

LIVRO: Matemática financeira: objetiva e aplicada
Autor: PUCCINI, Abelardo de Lima. Editora: Saraiva, 2009.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564142342	CD = 8864142355 89368	1	DEaD (Uso Interno)
8564142343	CD = 8564142356 89365	2	DEaD
8564142344	CD = 8564142357 89366	3	Ipojuca
8564142345	CD = 8564142358 89367	4	Surubim
8564142346	CD = 8564142359 89361	5	Surubim
8564142347	CD = 8564142360 89359	6	Surubim
8564142348	CD = 8564142361 89363	7	Surubim
8564142349	CD = 8564142362 89364	8	Pesqueira
8564142350	CD = 8564142363 89356	9	Pesqueira
8564142351	CD = 8564142364 89362	10	Pesqueira
8564142352	CD = 8564142365 89360	11	Pesqueira
8564142353	CD = 8564142366 89357	12	Ipojuca
8564142354	CD = 8564142367 89358	13	Ipojuca

LIVRO: Matemática financeira
Autor: MATHIAS, Washigton Franco; GOMES, José Maria. Editora: Atlas, 2010.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564142368	89303	1	DEaD (Uso Interno)
8564142369	89304	2	DEaD
8564142370	89299	3	DEaD
8564142371	89298	4	Surubim
8564142372	89296	5	Surubim
8564142373	89307	6	Surubim
8564142374	89306	7	Surubim
8564142375	89305	8	Surubim
8564142376	89297	9	Pesqueira
8564142377	89295	10	Pesqueira
8564142378	89294	11	Pesqueira
8564142379	89302	12	Pesqueira
8564142380	89300	13	Pesqueira
8564142381	89293	14	Ipojuca
8564142382	89292	15	Ipojuca
8564142383	89301	16	Ipojuca

LIVRO: Gestão de logística, distribição e trade marketing.
Autor: ARBACHE, Fernando Saba. 4.ed. Editora: FGV,2011.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564143292	89434	1	DEaD (Uso Interno)
8564143293	89427	2	DEaD
8564143294	89435	3	DEaD
8564143295	89424	4	Surubim
8564143296	89433	5	Surubim
8564143297	89432	6	Surubim
8564143298	89436	7	Surubim

8564143299	89431	8	Surubim
8564143300	89437	9	Pesqueira
8564143301	89428	10	Pesqueira
8564143302	89423	11	Pesqueira
8564143303	89422	12	Pesqueira
8564143304	89425	13	Pesqueira
8564143305	89426	14	Ipojuca
8564143306	89430	15	Ipojuca
8564143307	89429	16	Ipojuca

LIVRO: Contabilidade Geral: teoria e 1.000 questões
Autor: FERRARI, Ed Luiz. 11.ed. Editora: Impetus,2011.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564143372	110569	1	DEaD (Uso Interno)
8564143373	110574	2	DEaD
8564143374	110562	3	DEaD
8564143375	110566	4	Surubim
8564143376	110567	5	Surubim
8564143377	110564	6	Surubim
8564143378	110565	7	Surubim
8564143379	110563	8	Pesqueira
8564143380	110571	9	Pesqueira
8564143381	110573	10	Pesqueira
8564143382	110572	11	Pesqueira
8564143383	110568	12	Ipojuca
8564143384	110575	13	Ipojuca
8564143385	110570	14	Ipojuca

LIVRO: Introdução à Gestão Pública
Autor: SALDANHA, Clezio dos Santos. Editora: Saraiva, 2006.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564152412	118284	1	DEaD (Uso Interno)
8564152413	118285	2	DEaD
8564152414	118283	3	Surubim
8564152415	118282	4	Surubim
8564152416	118281	5	Pesqueira
8564152417	118280	6	Pesqueira
8564152418	118279	7	Ipojuca
8564152419	118278	8	Ipojuca

LIVRO:Governança e Governabilidade na Reforma do Estado
Autor: BENTO, Leonardo Valles. Editora: Manole, 2003.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564142072	94482	1	DEaD (Uso Interno)
8564142073	94487	2	DEaD
8564142074	94478	3	DEaD

8564142075	94480	4	Surubim
8564142076	94481	5	Surubim
8564142077	94492	6	Surubim
8564142078	94489	7	Surubim
8564142079	94490	8	Surubim
8564142080	94491	9	Pesqueira
8564142081	94488	10	Pesqueira
8564142082	94483	11	Pesqueira
8564142083	94477	12	Pesqueira
8564142084	94484	13	Pesqueira
8564142085	94479	14	Ipojuca
8564142086	94485	15	Ipojuca
8564142087	94486	16	Ipojuca

LIVRO: Obras Públicas: tirando suas dúvidas
Autor: OLIVEIRA, Pedro Jorge Rocha de. Editora: Fórum, 2010.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564142172	89159	1	DEaD (Uso Interno)
8564142173	89161	2	Pesqueira
8564142174	89160	3	Pesqueira
8564142175	89158	4	Surubim
8564142176	89157	5	Surubim
8564142177	89163	6	Ipojuca
8564142178	89162	7	Ipojuca

LIVRO: Responsabilidade Patrimonial do Estado: matriz constitucional, a responsabilidade do Estado por atos legislativos, a obrigatoriedade da prévia indenização e a responsabilidade pessoal do parlamentar
Autor: Zouckun, Maurício. Editora: Malheiros, 2010.

Tombo	Patrimônio	Ex.	Biblioteca
8564141362	89141	1	DEaD (Uso Interno)
8564141363	89147	2	DEaD
8564141364	89146	3	DEaD
8564141365	89145	4	Surubim
8564141366	89142	5	Surubim
8564141367	89156	6	Surubim
8564141368	89143	7	Surubim
8564141369	89144	8	Surubim
8564141370	89149	9	Pesqueira
8564141371	89148	10	Pesqueira
8564141372	89151	11	Pesqueira
8564141373	89150	12	Pesqueira
8564141374	89155	13	Pesqueira
8564141375	89154	14	Ipojuca
8564141376	89153	15	Ipojuca
8564141377	89152	16	Ipojuca

9.2 Instalações e Equipamentos

9.2.1 Da Sede

A EaD do IFPE está localizada no prédio anexo do Edifício da SUDENE, na cidade do Recife, no bairro do Engenho do Meio, na praça Ministro Salgado Filho, com horário de funcionamento das 8h as 18h, de segunda a sexta-feira. Na sala A3 funcionam a Coordenação do Curso e a Coordenação de Tutoria com acomodações adjacentes e distintas, em ambiente climatizado, com acesso à internet, ramal telefônico, 02 (dois) computadores, 01 (uma) impressora multifuncional, 01 (um) armário com prateleiras e 02 (duas) mesas para reunião e três (três) armários menores com gavetas.

A infraestrutura da Diretoria de Educação a Distância é composta por:

01- Sala de coordenação geral, de curso e tutoria dos cursos técnicos e.Tec;

03 - Salas de coordenação e tutoria dos cursos superiores UAB;

01 - Sala de apoio/recepção;

01 - Sala de desenvolvimento de conteúdos multimeios;

01 - Sala da equipe de desenvolvimento do Moodle.

01 - Almoxarifado;

01 - Sala de suporte Moodle e recursos humanos;

01 - Sala de reunião/laboratório de informática;

01 - Sala de direção geral/coordenação UAB;

01 - Biblioteca;

01 - Sala coordenação de administração e planejamento, compras, orçamento e finanças;

01 - Sala da coordenação de ensino, controle acadêmico, diplomação e Assessoria Pedagógica(ASPE);

01 - Sala de Tecnologia da Informação;

01 - Sala para o estúdio de gravação de aulas (campus Recife)

9.2 Dos Polos

Os estudantes do curso poderão desenvolver seus estudos em um ambiente físico chamado de Polo de Apoio Presencial do Sistema UAB (POLO UAB) será o local onde o estudante terá acesso local à biblioteca, laboratório de informática (por exemplo, para acessar os materiais do curso disponíveis na Internet), receber atendimento dos tutores presenciais, participar dos encontros presenciais. Em síntese, o polo é o "braço operacional" da instituição de ensino na cidade do estudante ou mais próxima dele. Seu objetivo é criar as condições para a permanência do estudante no curso, criando um vínculo mais próximo com a Instituição de Ensino, valorizando a expansão, interiorização e regionalização da oferta do ensino público e gratuito.

Os Polos UAB do Curso de Especialização em Gestão Pública são 04 (quatro): Ipojuca, Pesqueira, Santa cruz do Capibaribe e Surubim. Neles, há disponibilidade de acesso à internet, telefone fixo, uma sala exclusiva destinada à coordenação do polo, uma sala destinada à secretaria, uma sala de tutoria em ambiente climatizado com dois computadores com o Pacote Office, impressora, copiadora e scanner. Dispõe ainda de salas de aula e laboratórios de informática e sala exclusiva para a tutoria presencial, além de bibliotecas e auditórios. Eles funcionam pela manhã, à tarde e à noite, em horários variados, a depender da necessidade do curso.

9.3 Ambientes Virtuais para Educação a Distância

Além dos ambientes físicos, os estudantes do curso terão disponíveis os ambientes virtuais de aprendizagem, que objetivam auxiliar no aprendizado e na comunicação dos estudantes com os tutores presenciais, tutores a distância, professores e equipe multidisciplinar. Os estudantes e professores terão disponíveis, basicamente, dois tipos de ambientes virtuais:

a) **Ambiente virtual de comunicação:** esse ambiente tem como objetivo realizar a comunicação síncrona entre os estudantes, os professores, tutores e tutores presenciais. Nesse ambiente, a comunicação pode ser realizada usando vídeo, áudio ou texto (webconferência através do sistema RNP).

b) **Ambiente virtual de aprendizagem Moodle:** O objetivo desse ambiente é propiciar recursos para que os estudantes possam consultar material didático, realizar atividades e outras atividades relacionadas ao ensino.

9.4 Laboratórios Didáticos

No laboratório de informática no polo de apoio presencial as máquinas contém as ferramentas básicas de um computador (sistema operacional, editor de texto, programas de apresentação, planilha eletrônica, internet) não havendo programa específico para o curso, porque as ferramentas básicas atendem juntamente com o pacote office e os programas são baixados gratuitamente.

9.5 Acessibilidade

As Instalações e equipamentos dispõem dos recursos necessários ao atendimento da legislação vigente, acerca da acessibilidade para portadores de necessidades especiais, incluindo:

a) Rampas para acesso a usuários de cadeiras de rodas;
b) Estacionamento com vagas reservadas para portadores de necessidades especiais;
c) Sanitários dimensionados e adaptados com barras e demais acessórios para usuários de cadeiras de rodas.

10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

A condução do curso contará com equipes distintas e interligadas. Uma para a organização sistêmica do processo responsável por toda a parte pedagógica, contando com pessoal de apoio administrativo. E outra, de profissionais vinculados aos Polos de Apoio Presencial (PAP) formada por uma Equipe Operacional de pessoas com funções, perfil e competências bem determinadas. Suas atribuições operacionais são concebidas com base na

atuação da Equipe de EaD Sistêmica, na qual a Equipe Operacional está inserida.

O corpo docente será de responsabilidade do IFPE que poderá contar com apoio de docentes da rede privada e/ou pública.

10.1 Equipe de EaD Sistêmica

Essa equipe é responsável pela organização sistêmica do projeto vinculada à elaboração do plano de curso, qualificação e capacitação do pessoal envolvido nas atividades do projeto. Algumas atividades de capacitação e qualificação envolvem mais de um grupo.

10.1.1 Perfil Profissional da Equipe de EaD Sistêmica

Os profissionais vinculados à equipe de EaD Sistêmica estão agrupados em áreas afins, formando grupos de trabalho com funções, perfil e competências bem determinadas. Suas atribuições são concebidas com base na atuação da equipe à qual o grupo de trabalho está inserido.

10.1.1.1 Grupo Principal

Composto pela Diretoria de Educação a Distância, Coordenação de Curso, Coordenação de Tutoria, tendo como principal atividade a operacionalização e a gerência das atividades da EaD, bem como o acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso conforme a Portaria nº 1.620/2012 - GR.

10.1.1.2 Grupo de Professores Formadores

Composto pelos professores responsáveis por cada uma dos componentes curriculares definidos nesse projeto. Sua principal função está em efetuar o acompanhamento global do componente curricular e do curso, visando a um retorno operacional da qualidade e da eficiência do programa de EaD.

Perfil - Formação superior na área do curso ou área afim, com titulação mínima de Mestre, para coordenar as atividades do componente curricular de que é responsável e, preferencialmente, ter conhecimentos em educação a distância. Ter possível experiência em coordenação ou gestão de projetos. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo, perseverança e competências interpessoais.

Atribuições – São os professores que vão efetivamente conduzir o processo de ensino de acordo com o conteúdo programado. Eles irão planejar o plano de aula, coordenar as atividades acadêmicas; incentivar e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes nas atividades acadêmico-científico-culturais, bem como orientar os tutores a distância nas atividades didático-pedagógicas relativas ao curso. Podem elaborar, quando necessário, material didático para suprir necessidades emergentes ao longo do processo ensino-aprendizagem. Têm como missão avaliar sistematicamente os estudantes, o material didático e o processo de ensino-aprendizagem no decorrer do período letivo.

10.1.1.3 Grupo de Tutores a Distância

Composto de tutores preparados para acompanhar os estudantes no desenvolvimento do componente curricular, tendo como atividade central o suporte e atendimento pedagógico aos estudantes matriculados, fornecendo retorno operacional da qualidade e eficiência do material produzido, para o grupo de professores pesquisadores e o grupo principal.

Perfil - Formação superior na área específica do curso ou componente curricular, conhecimentos relacionados aos aspectos didático-pedagógicos da educação a distância, disponibilidade para deslocamentos, apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo, perseverança e competências interpessoais. Os tutores a distância são selecionados por meio de edital específico.

Atribuições - Os tutores a distância têm como atribuição executar o plano de aula previamente definido, acompanhar e estimular o aprendizado dos estudantes. Além disso, devem dar suporte ao aprendizado, dirimindo eventuais dúvidas. O nível de conhecimento desses profissionais deve ser

compatível ao do professor que está ministrando as aulas. O contato que eles têm com os estudantes é virtual, utilizando como meio de comunicação a internet, mas também participará dos encontros presenciais para realização das práticas pedagógicas e/ou na realização dos exames presenciais.

10.1.1.4 Grupo de Professores Pesquisadores /Tutores - Orientadores

Quando da realização do Módulo III, professores formadores e tutores a distância, com titulação mínima de Mestre e comprovada experiência em orientação de trabalhos de Conclusão de Curso e pesquisas afins, podem exercer o papel de orientadores de um grupo de até 5(cinco) estudantes estudantes para elaboração do TCC. Sua principal função é conduzir os estudantes nessa elaboração para viabilizar a realização da pesquisa científica.

Perfil - Formação superior na área do curso ou área afim. Comprovada experiência em orientação. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo, perseverança e competências interpessoais.

Atribuições – São os profissionais que vão efetivamente conduzir o processo de orientação dos estudantes na elaboração de suas monografias. Por meio do ambiente virtual, manterão contato com seu grupo de estudantes e conduzirão o processo com vistas a cumprir prazos e determinações para essa etapa do curso. Realizarão encontros presenciais no polo para orientação direta aos estudantes, bem como participarão dos processos de pré-banca e banca de defesas dos TCCs.

10.1.1.5 Quadro de Formação do Corpo Docente por Componente

Turma 2010.1

PRIMEIRO MÓDULO						
METODOLOGIA DO ESTUDO A DISTÂNCIA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Amanda de Araújo Farias	Palmares	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Domitila Severina	Sta Cruz	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Elenice Maria da Silva	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Gliner Dias Alencar	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Milka Rossana Guerra C. de Albuquerque	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Marize José da Silva		Prof. Formadora	Mestre	parcial	bolsa	20
INFORMÁTICA APLICADA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Auristela Maria da Silva	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Gabriel Soares vasconcelos	Surubim	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Gliner Dias Alencar	Palmares	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Paulo Maurício G. Júnior	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Webber de Souza Fantini	Sta. Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Danilo Soares Farias		Prof. Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
METODOLOGIA CIENTÍFICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Amanda de Araújo Farias	Palmares	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Domitila Severina		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20

Elayne MikelY L. Ramos	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Fernanda Estelita Lins	Surubim	Tutor	Doutora	parcial	bolsa	20
Marize José da Silva	Sta. Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Milka Rossana Guerra C. de Albuquerque	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Renata Mª. C. M. O. Carvalho		Prof. Formador	Doutora	IFPE	bolsa	20
ESTADO, GOVERNO E MERCADO						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Erinaldo Viente Cavalcanti	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Leda Cristina C. da Silva	Sta. Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Marize José da Silva	ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Tatiana M. S. Tavares	Palmares	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Wilton Tércio S. Trindade	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Bianca N. da S. Souza		Prof. Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
O PÚBLICO E O PRIVADO NA GESTÃO PÚBLICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Fernanda Estelita Lins	Surubim	Tutor	Doutora	parcial	bolsa	20
Inocência M. C. B. Viana	Sta Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Renato Macedo Filho	Palmares	Tutor	Doutor	parcial	bolsa	20
Simone Barbosa Pontes	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Diórgenes da S. Siqueira	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Gustavo Azevedo		Prof. Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Rodrigo Gayger Amaro	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Ariadne Paulo Silva	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Tatiana Maria Santos Tavares	Sta Cruz	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20

Herlane Suele Alves Martins	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Fernanda Estelita Lins		Tutor	Doutora	parcial	bolsa	20
DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO						Tutor
NOME	**POLO**	Tutor	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Wilton Tércio Souza Trindade	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Leda Cristina Correia da Silva	Sta. Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Bianca N. da S. Souza	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Erinaldo Viente Cavalcanti	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Robson Costa Pedrosa		Formador	Doutor	parcial	bolsa	20
POLÍTICAS PÚBLICAS						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Marize José da Silva	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Rogério Piquet Barreira Gonçalves	Sta. Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Maria da Conceição	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	Bolsa	20
Fernanda Estelita Lins	Surubim	Tutor	Doutoura	parcial	bolsa	20
André Luís Silva		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Bianca N. da S. Souza	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Marize José da Silva	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Inocência Maria Conceição Brito Viana	Sta. Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Maria José Pereira da Silva	Surubim	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Renato Macedo Filho		Formador	Doutor	parcial	bolsa	20
SEGUNDO MÓDULO						
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL						

NOME	POLO	FUNÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	VÍNCULO	CARGA HORÁRIA(h)
Ana Lucia Pottes de Vasconcelos	Surubim	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Nathiene Alencar de Sá	Sta Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Ana maria da Aquino Silva	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Saulo Emmanuel Rocha de Medeiros		Formador	Mestre	IFPE	bolsa	20
Helder barros Guimarães	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Rodrigo Bernardo de Andrade	Palmares	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
GESTÃO DE LOGISTICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Daniel Carlos Nunes		Formador	Especialista	parcial	bolsa	20
Tatiane Ramos da Silva	Sta Cruz	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Ivandro Marques da Silva	Ipojuca	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Maria Monaliza B. de Farias	Palmares	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Mara Francisca dos Santos P. de Holanda Cavalcanti	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
CULTURA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Paulo Roberto de Andrade Gomes		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Artur George de Andrade Pereira	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Simone Barbosa Pontes	Palmares	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Ana Lucia Pottes de Vasconcelos	Surubim	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Nathiene Alencar de Sá	Sta Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Heitor Arôxa Barros	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO PÚBLICO						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**

Leonardo Rodrigues Ferreira	Sta Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Artur George de Andrade Pereira	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Mara Francisca dos Santos P.de Holanda Cavalcanti	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Maria Monaliza B. de Farias	Palmares	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Leonardo Rodrigues Ferreira	Sta Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Daniel Carlos Nunes		Formador	Especialista	parcial	bolsa	20
GESTÃO OPERACIONAL						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Sonia Maria Malheiros	Ipojuca	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Nilson da Cunha Ximenes	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Ghena Catarina Carneiro do Vale	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Antonio Carlos Alves	Pesqueira	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Marcia Rejane Fereira Pereira	Palmares	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Mauricio Ribeiro de Souza	Sta Cruz	Formador	Especialista	parcial	bolsa	20
GESTÃO DE REDES PÚBLICAS DE COOPERAÇÃO						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Suelena Ferreira de Oliveira	Pesqueira	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Ariadne Paulo Silva	Surubim	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Mara Francisca dos santos Pereira de Holanda Cavalcanti	Ipojuca	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Herlane Suele Alves Martins	Santa Cruz	Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Suelena Ferreira de Oliveira	Pesqueira	Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Fernanda Estelita Lins		Formador	Doutoura	parcial	bolsa	20

Turma 2011.2

PRIMEIRO MÓDULO						
METODLOGIA DO ESTUDO À DISTÂNCIA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Graças Nery		Formadora	Mestre	IFPE	bolsa	20
Eleta Cristina Santos da Fonseca Lins		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Hélia Maria Barroso Braga		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Taciana Carneiro de Carvalho		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
INFORMÁTICA APLICADA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Gabriel Soares de Vasconcelos		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Ana Marcia da Silva		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Carolina de Fátima Marques Maia		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Gilce Cleana Brandão Zarzar		Tutor	Mestre	parcial	voluntária	20
METODOLOGIA CIENTÍFICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Renata Mª. C. M. O. Carvalho		Formador	Doutoura	parcial	bolsa	20
Marize José da Silva		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Leônia de Oliveira Torres		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
André Fabiano Pacífico		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
ESTADO, GOVERNO E MERCADO						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Bianca N. da S. Souza		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Ezequiel Canário		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Leda Correia		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20

Rosimery Araujo de Lima		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Erick Bernardo		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
O PÚBLICO E O PRIVADO NA GESTÃO PÚBLICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Daniel Nunes		Formador	Especialista	parcial	bolsa	20
Mariana Melo de Barros e Silva		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Íris Fernanda Souto		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Elias Galdino Alves Júnior		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Andrea Melo da Costa Rodrigues		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
POLÍTICAS PÚBLICAS						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Heitor Arôxa Barros		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Evania Freires Galindo		Tutor	Doutora	parcial	bolsa	20
Maria José Pereira		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Rosana de Miranda Ferreira		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Rogério Piquet Barreira Gonçalves		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Erinaldo Vicente Cavalcanti		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Nilza de Moura Gonçalo		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Cledson Severino de Lima		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Luciano Cipriano da Silva		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Délio Roberto Freire		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**

André Luís José da Silva		Formador	Mestre	IFPE	bolsa	20
Ariadne Paulo Silva		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Maria Francisca S.P.H Cavalcanti		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Leonardo Rodrigues Ferreira		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Ana Priscila Lins Pessoa		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Fernanda Estelita Lins		Formador	Doutoura	parcial	bolsa	20
André Fabiano Pacífico		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Alice Ferreira do Nascimento Maciel		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Rosimery Araujo de Lima		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Leônia de Oliveira Torres		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Renato Macedo Filho		Formador	Doutor	parcial	bolsa	20
Ezequiel David do Amaral Canário		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Bianca Nogueira da Silva Souza		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Gilvanete Cabral de Mendonça		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Leda Cristina Correia		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
SEGUNDO MÓDULO						
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Heitor Aroxa		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Carlan Gomes Pachêco		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Helder barros Guimarães		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20

Ana Lucia Pottes de Vasconcelos		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO PÚBLICO						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
MELISSA CORDEIRO TORRES GALINDO		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Ernandes Rodrigues		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Rogério Piquet		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Weidson Luna		Tutor	Especialista	IFPE	bolsa	20
CULTURA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Nathiene Alencar de Sá		Formador	Mestre	parcial	bolsa	20
Ana Lucia Pottes de Vasconcelos		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Josivan Fonseca Neto		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Paulo Roberto de Andrade Gomes		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
GESTÃO DE REDES PÚBLICAS DE COOPERAÇÃO						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Alba de Oliveira Barbosa Lopes		Formador	Mestre	IFPE	bolsa	20
André Fabiano Pacífico		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Gabriel Eduardo Silva Torres		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
Ariadne Paulo Silva		Tutor	Especialista	parcial	bolsa	20
GESTÃO DE LOGISTICA						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Saulo Emmanuel Rocha de Medeiros		Formador	Mestre	IFPE	bolsa	20
Antonia Dutra de araújo		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Helder barros Guimarães		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20

Manasses Freitas de Lira Silva		Tutor	Especialista	IFPE	bolsa	20
GESTÃO OPERACIONAL						
NOME	**POLO**	**FUNÇÃO**	**TITULAÇÃO**	**REGIME DE TRABALHO**	**VÍNCULO**	**CARGA HORÁRIA(h)**
Maurício Ribeiro de Souza		Formador	Especialista	parcial	bolsa	20
Íris Fernanda Souto		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20
Fernanda Estelita Lins		Tutor	Doutora	parcial	bolsa	20
Nilson Ximenes		Tutor	Mestre	parcial	bolsa	20

10.2 Pessoal Técnico

A Diretoria de Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil (UAB), da qual faz parte o Curso de Especialização em Gestão Pública, é formada por equipe multidisciplinar composta por professores preparados para atuar na área, pedagogos e pessoal técnico-administrativo que dão apoio e suporte às atividades didático-pedagógicas e tecnológicas.

10.2.1 Grupo Administrativo

Composto por profissionais da instituição ou contratados que executam as mais diversas atividades de apoio ao grupo de Educação a Distância. Esse grupo de profissionais está envolvido em todos os momentos de composição, desenvolvimento, acompanhamento e suporte ao curso e componente curricular.

10.2.1.1 Coordenador(a) de Curso

Perfil - titulação mínima de Mestre em Gestão Pública e experiência em ensino de especialização. Experiência em gerência de projetos voltados à EaD, conhecimentos da utilização de plataformas de ensino a distância e metodologias aplicadas à EaD. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo, perseverança e competências interpessoais.

10.2.1.2 Administração da Plataforma de EaD

Perfil - Formação superior na área de tecnologia. Experiência anterior em suporte e implementação de plataforma de tecnologia voltada para web. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo, perseverança e competências interpessoais.

10.2.1.3 Coordenador(a) de Tutoria a Distância

Perfil - Formação superior. Possuir, preferencialmente, conhecimentos relacionados aos aspectos didático-pedagógicos da educação a distância. Ter conhecimento dos pressupostos didático-pedagógicos desejados para os estudantes e tutores. Ter possível experiência em tutoria de cursos a distância ou salas de aula convencionais.

10.2.1.4 Quadro com a Formação do Corpo Técnico-Administrativo na Sede

Nome	Titulação	Setor	Regime de Trabalho	Vínculo	Carga Horária(h)
Maria das Graças Melo da Costa	Especialista	Gestão e Controle Acadêmico	Integral	IFPE	40
José Domingos Albuquerque Aguiar	Mestre	AACC	Parcial	IFPE	20
Adriano da Costa Ribeiro	Mestre	AACC	Parcial	IFPE	20
Emmanuella Silva da Costa	Graduado	Diplomação	Integral	IFPE	40
Gutemberg Duarte Neves Barros	Estagiário	Suporte Moodle	Parcial	Bolsa	20
Thiago dos Santos Galdino	Ensino Médio	Suporte Moodle / TI	Integral	IFPE	40
Eraldo Coelho Dias Junior	Graduação	Suporte Moodle / TI	Integral	IFPE	40
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos	Especialista	Assessoria Pedagógica	Integral	IFPE	40
Márcia Justino da Silva	Especialista	Apoio Pedagógico	Parcial	Bolsa	20
Graziella da Silva Moura	Graduada	Biblioteca	Integral	IFPE	40
Aldo Luiz Silva Queiroz	Graduado	Produção Editorial	Integral	IFPE	40
Pérola Fernanda Moura Torres	Ensino Médio	Produção Editorial	Parcial	Bolsa	20
Sthelline Gomes do Nascimento	Ensino Médio	Produção Editorial	Parcial	Bolsa	20
João Augusto Figueiredo Dias do Prado	Graduado	Produção Audiovisual	Integral	IFPE	40
Carlos do Nascimento Silva	Graduado	Gestão e Controle Acadêmico	Integral	IFPE	40
Vania Rodrigues Bensi	Especialista	Orçamento e Patrimônio	Integral	IFPE	40
Ana Flávia Albuquerque	Mestra	SCDP	Parcial	Bolsa	20
Julyana Gomes dos Santos	Mestra	SCDP	Parcial	Bolsa	20
Clayson Pereira da Silva	Especialista	Compras e Almoxarifado	Integral	IFPE	40
Márcio Bezerra Martins	Mestre	SGB	Parcial	Bolsa	20
Stefânia Patrícia da Silva de Souza	Mestre	Coordenação de Curso	Parcial	Bolsa	20
Fábia Gonçalves de Melo Torres	Graduada	Coordenação de Tutoria	Parcial	Bolsa	20

10.3 Profissional da Equipe Operacional no Polo de Apoio Presencial

Perfil

As Equipes Operacionais atuarão nos Polo de Apoio Presencial (PAP). Os profissionais vinculados à Equipe Operacional estarão agrupados em áreas afins, formando grupos de trabalho com funções, perfil e competências bem determinadas. Suas atribuições são concebidas com base na atuação da equipe na qual o grupo de trabalho está inserido.

10.3.1 Coordenador(a) de Polo

Perfil - Ser docente concursado no serviço público de ensino com formação superior e experiência em gestão administrativa ou de projetos. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo, perseverança e competências interpessoais.

Atribuições - Tem como função organizar, administrar e supervisionar o desenvolvimento das atividades que assegurem a execução do curso e ações extensivas à formação profissional dos estudantes. Responsabilizar-se pela divulgação, na região, do curso durante o processo seletivo, buscar parcerias com empresas, órgãos públicos e outras instituições, acompanhar a frequência dos estudantes, identificando os motivos de faltas e evasões junto à Equipe de EaD Sistêmica, estudar e propor medidas que assegurem a melhoria da qualidade e da produtividade da Equipe e dos ambientes de EaD.

10.3.2 Secretário (a) Escolar

Perfil - De preferência, ser funcionário público concursado e possuir formação superior de graduação. Possuir conhecimentos básicos de informática e experiência nas atividades de escrituração escolar, arquivo e expediente. Apresentar competência pessoal de liderança, comunicação, dinamismo, perseverança e competências interpessoais.

Atribuições - Tem como função desenvolver as atividades de secretaria escolar, recebimento de requerimentos e protocolo de quaisquer documentos, declarações, históricos escolares e outros documentos oficiais; dentre outras

atividades relativas a secretaria escolar designadas pela Coordenação Geral de Gestão e Controle Acadêmico da DEaD.

10.3.3 Tutor(a) Presencial

Perfil - Possuir formação superior além de experiência mínima de um ano no magistério do ensino básico ou superior

Atribuições - Tem como função acompanhar os estudantes e dar suporte, presencialmente, aos ambientes de ensino-aprendizagem da escola para educação a distância. Deverá estar sempre com os estudantes nos ambientes de aprendizagem físicos, que são a sala de aula, laboratório, sala de orientação educacional e sala de leitura, estudos e pesquisa. Deve elaborar o planejamento da utilização dos ambientes para garantir que todos os estudantes tenham igualmente acesso às estruturas de EaD do polo. Será o responsável pelo atendimento dos estudantes nos polos e por meio de recursos tecnológicos de comunicação como telefone, fax, e-mail etc. Manterá comunicação direta com a Coordenação de Curso e a Coordenação de Tutoria para encaminhamentos necessários ao desenvolvimento do curso.

10.3.4 Técnico de Informática

Perfil - Possuir curso técnico de informática de nível médio e experiência em manutenção de computadores. Apresentar competência pessoal de comunicação, dinamismo e perseverança.

Atribuições - Tem como função acompanhar e supervisionar a manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos, máquinas e instalações eletrônicas e da operação de utilidades. Elaborar o planejamento da manutenção das máquinas, equipamentos e instalações estabelecendo as tarefas, os tempos e a frequência mais adequada aos processos operacionais dos mesmos visando garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos de informática e eletrônicos.

Por sua própria especificidade, o quadro de docentes e tutores do Curso de Especialização em Gestão Pública é variável, de acordo com a disponibilidade dos profissionais para assumir os componentes curriculares.

Dessa forma, apresentamos nos Anexo A e B aqueles que fizeram parte das duas turmas já existentes no curso, em cada função.

11 CERTIFICADOS A SEREM EMITIDOS

O certificado será emitido para o estudante que concluir com êxito todos os módulos do curso, bem como ter sido aprovado no trabalho de conclusão de curso, sendo-lhe conferido o título de Especialista em Gestão Pública.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, Mar/Abr, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Brasil:** elementos de uma estratégia de cidades. *Document of the World Bank*. Relatório Nº 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>. Acesso em 12/07/2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, Mai/Jun, 2006.

MOESCH, M. **O fazer-saber turístico**: possibilidades e limites de superação. In:
GASTAL, S. (org) Turismo: 9 propostas para um saber-fazer. 3ª ed. Porto Alegre, 2002.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em:
http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.

ANEXO I – EMENTÁRIO

Módulo I – Básico

Componente Curricular: METODOLOGIA DO ESTUDO A DISTÂNCIA	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h	

Objetivo

Proporcionar ao estudante uma visão de entendimento e uso da plataforma virtual por meio do ensino da disciplina Metodologia do Estudo a Distância.

Ementa

A modalidade em processo de expansão de educação a distância, carece cada vez mais de profissionais capazes de entender a importância dos materiais on-line, das relações entre comunicação, tecnologia e educação e dos novos métodos de aprendizagem cooperativa entre professores e alunos, isso, no intuito de capacitá-los para desenvolver suas atividades de estudo na modalidade educativa a distância com qualidade, responsabilidade e dedicação.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1 Conhecendo o Moodle (visão geral) 2 Explorando a Página principal do AVEA 3 Acessando a sala virtual 4 Conhecendo o ambiente de estudo 5 Interagindo com o curso: fórum, mensagens, atividades 6 Gerando relatórios de acompanhamento 7 Vendo as notas das atividades 8 Como estudar a distância 9 Conceitos de EAD 10 Características básicas da EAD 11 Algumas habilidades necessárias para estudar a distância 12 EAD e as tecnologias de informação e comunicação 13 O processo de ensino e aprendizagem 14 Conhecendo os participantes do processo 15 A tutoria em EAD 16 Conhecendo os materiais didáticos utilizados 17 Como melhor explorar os materiais didáticos 18 Planejamento do estudo – palavra chave 19 Como Planejar seu horário de Estudo	

Bibliografia Básica

MATTAR, João. **Tutoria e interação em educação a distância**. São Paulo: Atlas, 2012.

PELLEGATTI, Marco; ZANCANER, Carmen Lucia Coube. **Como estudar melhor**: a técnica do mapa mental. Coleção: Fazendo Futuro. Bauru: Idea Editora, 2007.

SANTOS, Maria Manuela Novais. **Aprender a estudar**. Porto: Porto Editora.

2005.
Bibliografia Complementar
ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Educação à distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas**. PUC/SP. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, MEC. Câmara de Educação Básica.(2002).**Diretrizes Nacionais para a Educação a Distância no âmbito da Educação Básica**. Relatores: Gouveia, S F. & Bizzo, N. M. V.CNE/MEC; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2007). Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**.

Componente Curricular: INFORMÁTICA APLICADA	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Proporcionar ao aluno um nivelamento básico da informática, tendo como premissa preparar o aluno na operacionalidade do computador e utilização do editor de texto eletrônico e de programa de apresentação, de acordo com as normas brasileiras para que possa preparar seus trabalhos científicos com maior facilidade.

Ementa

Definição de computador, componentes básicos de um computador, Editor de Texto e Ferramenta de apresentação eletrônica.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1 Definição de computador 1.1 Editor de texto 1.2 Tela inicial 1.3 Digitação e edição de texto 1.4 Formação de texto 1.5 Configuração de página 1.6 Apresentação de Ilustrações (Quadros, Tabelas, Figuras e Gráficos) 1.7 Quebra de página e seção 1.8 Notas de rodapé 1.9 Elaboração de sumários 1.10 Visualização de impressão 1.11 Componentes da janela de impressão 2 Ferramenta de Apresentação 2.1 Como preparar uma boa apresentação 2.2 Estrutura de slides 2.3 Slides com estilo 2.4 Uso de cores em slides 2.5 Tipos de gráficos 2.6 Tela inicial 2.7 Digitação e edição de slides 2.8 Formatação de slides 2.9 Utilização de cabeçalho e rodapé em slides 2.10 Construção de slide mestre 2.11 Efeitos de animação 2.12 Transição de slides 2.13 Configuração e impressão de slides	

Bibliografia Básica

MANZANO, Maria Izabel N.G. **Estudo dirigido de informática básica**. 7.ed. Tatuapé: Érica, 2011.

RIMOLI, Monica Alvarez, CARNEVALLI, Adriana Aparecida. **Word 2007**: série

padrão. Campinas: Komedi, 2010.
VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática**: conceitos básicos. São Paulo: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar

BRAGA, William. **Informática elementar Excel 2007**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.
_____. **Informática elementar PowerPoint 2007**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.
SOUZA, Lindeberg Barros de. **Redes de computadores:** guia total. São Paulo: Érica, 2009.

Componente Curricular: METODOLOGIA CIENTÍFICA	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Preparar os alunos para serem capazes de discutir os conceitos de ciência e métodos de pesquisa científica, através de subsídios na busca de informações científicas e na elaboração de trabalhos científicos.

Ementa

Conhecer os princípios fundamentais da pesquisa científica no intuito de interpretar, redigir e avaliar trabalhos científicos consiste em estudar e avaliar os vários caminhos disponíveis para que uma pessoa possa realizar uma intervenção na realidade. Estudar, descrever e explicar os métodos observando suas limitações ou implicações de seu uso, e das várias técnicas e procedimentos na condução de pesquisas visa assessorar e colaborar para o crescimento intelectual do aluno em busca do seu desenvolvimento científico.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. O Saber da Gestão Pública e a Ciência; 2. Diferentes concepções da pesquisa científica – abordagens qualitativa e quantitativa; 3. Legislação e normas da ABNT. 4. Fases de desenvolvimento e elaboração de uma pesquisa científica; 5. Marco teórico e metodológico da pesquisa científica; 6. Instrumentos para coleta de dados; 7. Elaboração de projeto de pesquisa; 8. Fontes Bibliográficas; 9. Busca de dados pela Internet; 10. Instrumentos para redação de relatórios técnicos e científicos. 11. A pesquisa-ação em projetos de Gestão Pública – Estudo de Casos.	

Bibliografia Básica

JÚNIOR, Waldemar Pacheco; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle; FILHO, Hyppólito do Valle Pereira. **Pesquisa científica sem tropeços.** São Paulo: Atlas, 2007.

ONOFRIO, Salvatore. **Metodologia do Trabalho Intelectual.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.**

6. ed. São Paulo: Altlas, 2011.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

Componente Curricular: Estado, Governo e Mercado	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Enfocar as complexas relações entre Estado, Governo e Mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar – conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997). 2. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).	

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
LEITE JÚNIOR, Alcides. *Brasil*: a trajetória de um país forte. São Paulo: Trevisan, 2009.
SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, p.181-245, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical".

Bibliografia Complementar

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
GIDDENS, Anthony. **O Mundo na era da globalização.** Lisboa: Editorial Presença, 2000.
WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Rio de Janeiro: LCT, 1998.

Componente Curricular: O Público e o Privado na Gestão Pública	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	
Objetivo	
Delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.	
Ementa	
Esfera Pública e Esfera Privada no Mundo Contemporâneo. Os Princípios da Administração Pública e suas Relações com o Setor Privado. Os Princípios Orientadores da Administração Pública. Poderes e Deveres do Gestor Público. O Público e o Privado e a Emergência do Terceiro. Delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.	
Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas. 2. O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público. 3. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. 4. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. 5. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico	

com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.	
Bibliografia Básica	
BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 13-31, 1987. Cap. 1 "A grande dicotomia: público/privado". NASCIMENTO, Márcio G. **O controle da administração pública no Estado de Direito**. Direitonet, 2005. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/> . PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. **RAP**, v. 4, n. 40, p. 679-98. Jul/Ago, 2006.	
Bibliografia Complementar	
BORÓN, A. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática". In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004. DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf. PAES DE PAULA, Ana. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE**, FGV, v. 45, n. 1, Jan/Mar 2005.	

Componente Curricular: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica a fim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade
e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI . 1. Federalismo e governo de elites na primeira República (Abrúcio, 1998, cap 1; Bresser-Pereira, 2001); 2. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (Souza, 1976, cap. IV; Santos, 1979, cap.4); 3. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (Souza, 1976, cap. V; Lessa, 1983, Soares, 1973); 4. Autoritarismo e redemocratização (Abrúcio, 1998, cap. 2; Bresser-Pereira, 2001; Santos, 1979, cap.5, Reis, 1978, Diniz, 1997).	

Bibliografia Básica

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, WILHEIM e SACHS (Org.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, p. 222-259, 2001.

LEVINE, Robert. **Pai dos Pobres**: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VELOSO, Fernando A. (Org.) ; FERREIRA, P. C. (Org.) ; GIAMBIAGI, F. (Org.) ; Samuel de Abreu Pessôa (Org.) . Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. v. 1. 449p .

Bibliografia Complementar

GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André. O pós-Guerra. In: **Economia Brasileira Contemporânea** (1945-2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005.;
LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. Brasil. **A trajetória de um país forte**. São Paulo: Trevisan, 2009.
VILLELA, André Arruda; GIAMBIAGI, Fábio. **Determinantes do Milagre Econômico Brasileiro** (1968-1973): uma análise empírica. IPEA – Texto para Discussão n. 1273. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

Componente Curricular: Políticas Públicas	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

A disciplina apresenta esses dois enfoques do estudo das Políticas Públicas, mostrando como se deu a sua gênese e desenvolvimento, estabelecendo suas diferenças em termos de objeto, metodologia, viés ideológico, e explicitando as razões que fazem com que o Enfoque da Análise de Políticas seja mais adequado aos propósitos da Gestão Pública. Seu objetivo central é capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*). Para tanto, se apóia no estudo do ciclo da política ou do processo de elaboração da política pública, entendido como o conjunto dos momentos de formulação, implementação e avaliação, através de utilização de conceitos como conflito aberto, encoberto e latente, não-tomada de decisão, modelo cognitivo, política simbólica.

Ementa

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do "ciclo da política". Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. A análise de políticas públicas e seus problemas. 2. As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.	

Bibliografia Básica
ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.14, n. 40, p.111-141, Jun. 1999. DUNN, William N. **Public policy analysis**: an introduction. 3 ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004. MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologias,** ano 8, n. 16, p. 180-214, Jul/Dez 2006.
Bibliografia Complementar
CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e análise de políticas públicas:** uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007. FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, Nov, 2000. ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

Componente Curricular: Planejamento Estratégico Governamental	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Seu objetivo, num plano mais específico é contribuir para que as atividades de gestão pública levadas a cabo nos vários níveis e instâncias governamentais que abarca o Estado brasileiro passem a ser realizadas em conformidade com os princípios do Planejamento Estratégico Governamental (PEG). Entendido, este, vale repetir, como um dos instrumentos para viabilizar a transição do "Estado Herdado" para o "Estado Necessário".

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. Conteúdos Introdutórios ao Planejamento Estratégico Governamental. 2. Planejamento Estratégico Governamental como convergência de enfoques. 3. Metodologia de Diagnóstico de Situações. 4. Metodologia de Planejamento de Situações.	

Bibliografia Básica

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma
síntese histórica, 2004. (Mimeo).
CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a
construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço
Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.
MINTZEMBERG, Henry._____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p.
183-256, 2004.

Bibliografia Complementar

ATRIO, Jorge; PICCONE, Maria. De la Administración Pública a la Gerencia Pública. El porqué de la necesidad de gestionar la transición. Caracas. Revista del CLAD Reforma y Democracia, n. 42, oct. 2008.
MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.
OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**: Rio de Janeiro, v.1, n. 40, p.273-88, mar/abr, 2006.

Componente Curricular: O Estado e os Problemas Contemporâneos	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

A partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.
Uma questão a tratar é o processo que parece estar ocorrendo de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

Ementa

Problemas de cunho socioeconômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
Dimensões Conceituais e Históricas do Estudo dos Problemas e Políticas Sociais Políticas Sociais do Estado Brasileiro	

Bibliografia Básica

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social*: fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008..
KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, p.69-103, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?".
ITUASSU Arthur;
ALMEIDA Rodrigo (org.) **O Brasil tem jeito?** v.2, Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Bibliografia Complementar

ARAGÃO, Eneida. **Empregabilidade**: segredos em busca do sucesso profissional. Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado. Disponível em: <www.fecap.br>. Acesso em: 28 out. 2009.
CASTRO, Jorge Abrahão de; CARDOSO JUNIOR, José Celso. Políticas Sociais no Brasil: gasto social do governo federal de 1988 a 2002. *In*: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.
LAVINAS, Lena. Transferências de renda; o 'quase tudo' do sistema de proteção social brasileiro. *In*: SICSÚ, João (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.51-68.

Componente Curricular: Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Proporcionar ao aluno conhecimento acerca da disponibilidade, abrangência e potencialidade das pesquisas, fontes de dados, publicações e relatórios existentes no Sistema Estatístico Brasileiro, bem como da definição dos principais indicadores para elaboração de diagnósticos da realidade social; econômica e ambiental em diferentes escalas – ao nível inframunicipal, municipal, estadual e nacional – para subsidiar a formulação de programas públicos em diferentes áreas de atuação governamental.

Ementa

Nos últimos anos, o uso de indicadores no sistema de gestão dos órgãos públicos difundiu-se no Brasil. Os gestores nos diferentes níveis requerem cada vez mais informação estruturada na forma de tabelas, mapas e indicadores para subsidiar a formulação de programas públicos, monitorar suas ações e prestar contas à sociedade. Além disso, os órgãos de controle dos diferentes Poderes, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais 1.1. Uma breve introdução histórica 1.2. Indicadores Sociais: do conceito às medidas **1.3.** Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos **2: Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais** 2.1. Principais produtores de dados e indicadores no Brasil 2.2. Os Censos Demográficos 2.3. As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE 2.4. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas **3: Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos** 3.1. Dados e Indicadores Econômicos 3.2. Principais boletins de conjuntura 3.3. Principais pesquisas econômicas do IBGE	

Bibliografia Básica

GUIMARÃES, J. R. S. e JANNUZZI, P. M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais**, Salvador 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

JANNUZZI,P.M.; CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. **Bahia Análise & Dados**. , v.15, p.75 - 90, 2005.

Bibliografia Complementar

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p.1-60.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. www.abep.org.br

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. www.ibge.gov.br

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**. Lisboa, 2007. www.pnud.org.br

Módulo II – Específico

Componente Curricular: Comportamento Organizacional	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.

Ementa

A visão sistêmica das organizações gerou uma abordagem mais integrada das organizações, internamente e com o meio-ambiente. Assim, o comportamento organizacional teve de evoluir do que foi denominado micro, com ênfase nas estruturas e processos entre e dentro de indivíduos, pequenos grupos e seus líderes, para incluir também uma perspectiva mais macro, com ênfase nas estruturas e processos, entre e dentro dos grandes subsistemas, organizações e seus ambientes.

Para o serviço público, poder e cultura são tratados de forma a implementar culturas de "processo", capazes de sustentar o desenvolvimento de redes federativas, dentre outras, por meio de processos de institucionalização cada vez mais complexos.

Para enfrentar esse desafio novos modelos de gestão devem ser discutidos, novos desenhos organizacionais devem ser experimentados em um contexto formalizado de estruturas organizacionais sedimentadas em uma lógica hierárquica vertical limitada à construção da ordem interna.

Os conflitos que se instalam do embate permanente/situacional nessas reestruturações passaram a exigir negociações e tomadas de decisões participativas, de forma constante, em vários níveis de atuação.

Finalmente, questões de poder, autoridade e liderança exigem tratamento técnico de forma aprofundada cada uma das características do líder: traço pessoal, orientação de comportamento ou estilo de gestão.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. Abrangência do comportamento organizacional (CO, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações. 2. Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas. 3. Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas. 4. Conflito e negociação no desenvolvimento da governança. 5. Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.	

Bibliografia Básica

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas.** 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional.** São Paulo: Pearson

Prentice Hall, 2005.
WOOD JÚNIOR, Thomaz; CALDAS, Miguel Pinto. **Comportamento organizacional**: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

HITT, Michael A.; MILLER, C. Chet; COLELLA, Adrienne. **Comportamento organizacional**: uma abordagem estratégica. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
PIRES, José Calixto de Souza; MACEDO, Kátia Barbosa. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 81-105, jan./fev., 2006.

Componente Curricular: Cultura e Mudança Organizacional	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Dotar os alunos, do Curso de Especialização em Gestão Pública, com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.

Ementa

A idéia de que a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio de desenvolvimento do ambiente em que se insere, gerou a necessidade de considerar a cultura na implementação das mudanças organizacionais.

Estas mudanças, originárias de fatores diversos e configurando-se em tipologias que variam em função das perspectivas de análise que são adotadas, exigem modelos de gestão centrados no entendimento de que as organizações criam suas realidades sociais.

Nas organizações que constituem o aparelho do Estado, aspectos estratégicos da cultura brasileira e a dinâmica de mudanças, vivenciada no mundo contemporâneo, implicam desafios de administrar com efetividade o binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização, vistas como sinalização do desenvolvimento cultural.

A cada governo, projetos políticos, construção de governança, com respectivos projetos de mudanças, devem ser implementados, considerando como críticas as resistências culturais das estruturas instaladas nos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional.

Duas estratégias de mudanças têm sido definidas e experimentadas de forma mais intensa na administração pública, quais sejam o Desenvolvimento Organizacional – DO continuamente reprojetado e a Aprendizagem Organizacional – AO, como iniciativa mais recente.

Para qualquer uma das estratégias, no entanto, configura-se como fundamental a comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.	

Bibliografia Básica
BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. CHU, Rebeca Alves. Resistir é preciso. In: WOOD Jr. Thomaz (Coord.). Gestão empresarial: comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 2005. COSTA, Frederico Lustosa da. Condicionantes da reforma do Estado no Brasil. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octávio Penna. Estado e gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
Bibliografia Complementar
FERREIRA, Victor C. Paradela; CARDOSO, Antônio S. Rito; CORRÊA, Carlos J.; FRANÇA, Célio Francisco. Modelos de gestão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Componente Curricular: Gestão Operacional	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 45h/a	

Objetivo

Dotar os participantes com conhecimentos de natureza técnica instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam elas caracterizadas como contínuas ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltadas para: (1) a conformidade das ações realizadas, (2) e a aprendizagem relativamente ao Plano.

Ementa

Em complementação ao controle das ações, executadas pelos diversos agentes, que hoje são realizadas pelos órgãos do Estado, faz-se necessário preparar os gestores públicos, para implementar estruturas e mecanismos que torne viável e efetivo o controle dessas ações também pela sociedade.

Em função não só das exigências de controle para prestação de contas dos órgãos da administração públicas, como aquelas mencionadas anteriormente, mas também para gerar informações que permitam a definição das retroalimentações dos planos em vigência, o gestor deve se voltar para o gerenciamento da ação propriamente dita, seja ela de natureza contínua atribuída pelo arcabouço legal normativo – os processos, como também aquela de natureza situacional – os projetos.

Gerenciar este conjunto heterogêneo de ações implica exercer, com competência, gestões voltadas para equilíbrio dinâmico carga x capacidade, consideradas as variáveis de importância e urgência das demandas do plano e as restrições operacionais das infraestruturas de recursos e meios, normalmente sujeitos ao rigor de arcabouço legal normativo dos sistemas estruturadores das áreas de apoio (meio).

Nesse contexto também há a necessidade de ferramentas específicas para o gerenciamento da conformidade legal e normativa, das ações e seus produtos e resultados e para o gerenciamento de risco operacional inerente a fatores contingenciais que afetam sobremaneira as organizações públicas, a exemplo dos contingenciamentos orçamentários.

Finalmente, consta-se que além dos órgãos de controle da estrutura do legislativo, configura-se como cada vez mais necessária, no próprio executivo, a realização de atividades do ciclo de gestão referentes ao acompanhamento, avaliação e controle da execução. Para que sejam viabilizadas corretivas imediatas e transparentes para sociedade, os sistemas de informação e comunicação – TICs têm-se mostrado como imprescindíveis.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 45
1. Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública. 2. A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução. 3. Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos.	

4. Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos. 5. Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.	

Bibliografia Básica

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um estado virtual**: tecnologia da informação e mudança institucional. Trad. Cecile Vossenar. Brasília: ENAP, 2005.
PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 6, v. 43. p. 1343-1368, nov./dez., 2009.
SILVA, Francisco Carlos da Cruz. Controle social: reformando a administração para a sociedade. **o&s**, v. 9, n. 24, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2666/1/ controle_social_reformando_a.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

Bibliografia Complementar

BEUREN, Ilse Maria. o papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDTH, Paulo. **Controladoria**: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, p. 15-38, 2002. Cap.1
MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes**: estrutura em cinco configurações. Trad. Ailton Bonfim Brandão. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2003.
PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta; WAGNER, G. P. Teorias abrangentes sobre envelhecimento cognitivo. In: PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta e colaboradores. **Cognição e Envelhecimento**. Porto Alegre: ArtMed, 2006. p. 31-47.

Componente Curricular: Plano Plurianual e Orçamento Público	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 45h/a	

Objetivo

Dotar os alunos do curso de especialização em gestão pública com conhecimentos de natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.

Ementa

Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado.

Um dos instrumentos é um plano operacional, derivado do plano estratégico, com abrangência para o mandato do gestor do executivo. O controle deste plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários no âmbito público. O orçamento público, sua elaboração, aprovação e gestão, exigem conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira, contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas.

Por estar sustentado em arcabouço legal formado pelas leis orçamentárias, esse instrumento está sujeito à gestão compartilhada de poderes distintos - Legislativo e Executivo - o que faz do orçamento um instrumento de sinalização concreta da capacidade governativa dos órgãos públicos.

Por fim, convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 45
1. Instrumentos de Gestão do Estado: Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade. 2. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais. 3. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão. 4. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais. 5. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na	

capacidade governativa e nas políticas públicas.	
Bibliografia Básica	
BIN, D e CASTOR, B. V. J. Racionalidade e política no processo decisório: estudo sobre orçamento em uma organização estatal. **Revista de Administração Contemporânea**, v.11, n.3, p. 35-56, Jul/Set, 2007. GIACOMONI, James. **Orçamento público**. Atlas. S. Paulo, 2005. SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de gestão dos planos plurianuais:** um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.	
Bibliografia Complementar	
ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, 2004. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, Jun/Dez, 2003. SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, Jul/Dez 2006, Porto Alegre, 2006.	

Componente Curricular: Gestão de Redes Públicas de Cooperação	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Dotar os estudantes com conhecimentos de natureza técnica instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional de organizações prestadoras de serviço público, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam elas caracterizadas como contínuas ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltadas para: (1) a conformidade das ações realizadas, (2) e a aprendizagem relativamente ao Plano.

Ementa

Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado. O controle deste plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários no âmbito público.

O orçamento público exige conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira, contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas. Convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. Desenvolvimento regional. 2. Conceito e organização de redes. 3. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. 4. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A 5. estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. 6. Consórcios intermunicipais. 7. Casos de redes estaduais e municipais. 8. Alianças e parcerias. 9. Concessões. 10. Parcerias Público-Privadas (PPPs). 11. Consórcios.	

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Marcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de finanças públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. Brasília,

2008.
CORE, Fabiano. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: **Anais do IX Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado y da Administração Pública**. Madrid, 2-5 de novembro de 2004. Disponível em: <http://tinyurl.com/yece3nk>. Acesso em: 9 mar. 2010.
COSTA, Marilene et al. Processo de implantação do orçamento participativo em Campina Grande – PB. Veredas **FAVIP**, Caruaru, v. 2,n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/ index.php/veredas/article/viewPDFInterstitial/47/45>. Acesso em: 2 set.2009.

Bibliografia Complementar

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **A reorganização do processo de planejamento do governo federal**: O PPA 2000-2003. Texto para Discussão n. 726. Brasília, IPEA, 2000. Disponível em: <http:// www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0726.pdf>. Acesso em: 9 mar.2010.
GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2008. LACOMBE, Francisco. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.
SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira; MEDEIROS, Otavio Ladeira de. (Org.). **Dívida pública**: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Mundial, 2009.
Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/ downloads/livro/livro _eletronico_completo.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

Componente Curricular: Gestão Logística	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	

Objetivo

Dotar os alunos do curso de especialização em gestão pública com conhecimentos teóricos e práticos sobre a disciplina logística. Dentre os conhecimentos a serem adquiridos pelos alunos destacam-se: conceitos básicos de logístico, passando pela definição do seu conceito, sua estreita relação com o Marketing e com a Qualidade, por suas atividades primárias ou de planejamento, ou seja, a gestão do processamento do pedido, gestão do transporte, gestão do estoque e gestão da localização, por suas atividades secundárias, ou de apoio operacional, destacando a compras, a seleção de fornecedores e a armazenagem. Por fim serão vistos métodos quantitativos aplicados à logística, dentre os quais, citam-se a Programação Linear, Regressão Linear, Roteirização de Veículos e Localização.

Ementa

Toda e qualquer empresa ou repartição pública precisa obrigatoriamente movimentar recursos de seus fornecedores para seus depósitos e para seus clientes. A única forma sistêmica de realizar estas atividades é a logística.
Assim, faz-se necessário e estudar e ter um claro conhecimento de logística e suas atividades de planejamento e atividades operacionais, bem como métodos quantitativos que forneçam respostas mais técnicas e menos empíricas para o tomador de decisão quer seja na iniciativa privada, quer seja no serviço público.

Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. Introdução a Logística. 2. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. 3. Nível de Serviço Logístico. 4. Gestão de Compras. 5. Gestão de Estoques. 6. Processo de Negociação com Fornecedores.	

Bibliografia Básica

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.
BRASIL. **Decreto n. 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3555compilado.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.
HONG, Yuh C. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**: Supply Chain. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

NOVAES, Antonio G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. São Paulo: Campus, 2007.
VIANA, João J. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2008.
WANKE, Peter. **Gestão de estoques na cadeia de suprimentos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Componente Curricular: METODOLOGIA CIENTÍFICA	**Data de Implementação:** 2013.2
Carga Horária Aula: 30h/a	
Objetivo	
Preparar os alunos para elaborarem o trabalho de conclusão de curso.	
Ementa	
Conhecer os princípios fundamentais da pesquisa científica no intuito de interpretar, redigir e avaliar trabalhos científicos consiste em estudar e avaliar os vários caminhos disponíveis para que uma pessoa possa realizar uma intervenção na realidade. Estudar, descrever e explicar os métodos observando suas limitações ou implicações de seu uso, e das várias técnicas e procedimentos na condução de pesquisas visa assessorar e colaborar para o crescimento intelectual do aluno em busca do seu desenvolvimento científico.	
Conteúdo Programático	**Carga (h/a)**: 30
1. Elaboração de projeto de pesquisa; 2. Elaboração da Monografia 3. Linhas de Pesquisa do Curso de Especialização em Gestão Pública: 4. **Estado e Governo** O objetivo desta linha de pesquisa é discutir as Relações entre Estado, Governo e Mercado e as questões do Público e do Privado na Gestão Pública. Ela envolve Relações entre Estado, Governo e Mercado e Questões do Público e do Privado na Gestão Pública. **Políticas Públicas e Sociedade** O objetivo desta linha de pesquisa é discutir as Formulações de Políticas Públicas e as Políticas Públicas na educação, na saúde e outras áreas. Ela envolve Formulação de Políticas Públicas e Políticas Públicas na educação, na saúde, etc. **Administração Pública** O objetivo desta linha de pesquisa é discutir os Modelos Teóricos da Administração Pública, a administração Pública Municipal e a Administração organizacional. Ela envolve Modelos Teóricos da Administração Pública, Administração Pública Municipal e Administração Organizacional. **Finanças Públicas** O objetivo desta linha de pesquisa e de discutir a Contabilidade Pública, o Orçamento Público e a Gestão Tributária. Ela envolve Contabilidade Pública, Orçamento Público e Gestão Tributária. **Planejamento Governamental** O objetivo desta linha de pesquisa é de discutir o Planejamento Estratégico Governamental. Ela envolve Planejamento Estratégico Governamental.	

Bibliografia Básica
JÚNIOR, Waldemar Pacheco; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle; FILHO, Hyppólito do Valle Pereira. **Pesquisa científica sem tropeços.** São Paulo: Atlas, 2007. ONOFRIO, Salvatore. **Metodologia do Trabalho Intelectual.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
Bibliografia Complementar
GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Altlas, 2011. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

Anexo II - PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Portaria nº 833/2009-GR

Ementa: Aprova o Projeto do Curso de Especialização em Gestão Pública.

A REITORA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, seção 1, página 173, e de acordo com a Portaria nº 44, do dia 02/01/2009, publicada no DOU do dia 08/01/2009, seção 2, página 11, Portaria nº 194/2009-GR, de 05/03/2009 e considerando:

- Processo(s) nº 23054.003378/2009-32;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto do Curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade à distância.

Art. 2º Esta Portaria será referendada pelo Conselho Superior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 30 de setembro de 2009.

CAROLINA CAVALCANTI FALCÃO
Reitora em Exercício

EM BRANCO